

Revista de Temas Medievais e Fotografia

MEDIEVAL

Ano 1 nº 2

TODAY



+DE
230PAG



Neste numero:

Vinho na Idade Media-Um Monge provando Vinho Castelos de PORTUGAL-Castelo de Tomar

Isabel Carmo-SAHARA a Lenda Miguel Nogueira-Braga Romana

Batalha de Aljubarrota Isabel Baltazar-Alhos Vedros e outras

Isabel Carmo-Fotografia Asyul Najima-O que me guia na dança

O que é a Lepra O Estigma do Pecado

Miguel Nogueira-Povo de Lanhoso Calendario das Feiras



ARCA EDITORA

...Neste Numero

MEDIEVAL
Today



- **Vinho na Idade Média - Um Monge provando vinho**
- **Castelos de Portugal - Castelo de Tomar**
- **Isabel Carmo - SAHARA a Lenda**
- **Miguel Nogueira - Braga Romana**
- **Batalha de Aljubarrota**
- **Isabel Baltazar - Alhos Vedros e outras**
- **Isabel Carmo - Fotografia**
- **Asyul Najima - o que me guia na Dança**
- **O que é a LEPRO**
- **O Estigma do Pecado - A Lepra durante a Idade Média**
- **Miguel Nogueira - Póvoa de Lanhoso**
- **Calendário das Feiras**



Editorial



Nesta edição :



Obrigado a todos os LEITORES e COLABORADORES, que têm contribuído para a existência deste projecto. A primeira edição da Revista Medieval Today já conta com mais de 18 mil visualizações no seu site issuu.com. Significa que estamos a sair do BERÇO, embora muitos ainda não tenham dado pela nossa presença. Vamos agora para esta segunda edição e novamente procuramos seguir a linha das FEIRAS MEDIEVAIS e de RECRIAÇÃO HISTÓRICA falando do passado com imagens e ideias do presente!

Colaboradores têm aparecido e dado um grande contributo a esta revista, com a apresentação de trabalhos excelentes e de grande valor fotográfico, firmando o interesse pelo registo dos detalhes da época MEDIEVAL.

Nesta edição a Revista MEDIEVAL TODAY vai tentar, fora do berço, explorar as proximidades, colocando-se e exibindo-se em outros sites de publicação ON-LINE como o CALAMÉO e o LULU.COM, com o objectivo de expandir a revista a cada vez mais leitores. AMAZON.com é também um objectivo !

Está edição, com mais de 200 páginas espera agradar e proporcionar, aos seu LEITORES, momentos agradáveis !!!

Saudações Medievais

Afonso Faleiro
AFF
Editor Medieval Today





Asyul Najima

MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL
Today

**REVISTA DE TEMAS MEDIEVAIS E
FOTOGRAFIA**

**PRIMEIRA DO
GENERO
EMPORUGAL**



o Vinho

Na Idade Média



"as Bebidas Alcoólicas eram vistas como mais nutritivas e benéficas para a digestão do que a Água "

"A bebida do Povo comum na parte Norte do continente era principalmente cerveja"

Na Idade Média a preocupação com a pureza da água , as recomendações médicas, e o valor menos prestigiante da Água, a tornavam menos favorecida e menos preferida em relação às bebidas alcoólicas. As bebidas Alcoólicas eram vistas como sendo mais nutritivas e benéficas à digestão do que a água, com a inestimável vantagem de serem menos propensas à putrefação por conterem álcool. O Vinho era consumido diariamente na maior parte da França e no oeste mediterrâneo onde houvesse o cultivo da uva. Mais ao Norte, o vinho, permanecia a bebida preferida da burguesia e da nobreza que pudesse adquiri-lo, sendo muito menos comum entre camponeses e Trabalhadores. A bebida do povo comum na parte norte do continente era principalmente cerveja. Por causa da dificuldade de preservação dessa bebida especialmente antes da introdução do lúpulo, era em maior parte consumida fresca . Era portanto mais turva e talvez com menor teor de álcool do que a equivalente moderna típica . O leite puro não era consumido pelos adultos , a não ser os pobres ou doentes, sendo reservado para as crianças pequenas ou para os idosos. Geralmente era usado na forma de leiteiro ou soro de leite. Leite fresco era em toda a parte menos comum que outros laticínios por causa da falta de tecnologia para evitar que se estragasse .



o Vinho

Na Idade Média

"Muitas variações de Hidromel foram vistas em receitas Medievais "



"Hidromel tinha um Status equivalente ao dos Luxos importados"

Os sucos de muitos tipos de frutos eram conhecidos, assim como os vinhos, pelo menos desde a Roma antiga e eram ainda consumidos na Idade Média. Vinhos de Romã ,amora, amoras silvestres pêra e sidra, eram especialmente populares no norte onde tanto maçãs como as pêras eram abundantes. As bebidas medievais que sobreviveram até hoje incluem prunellé de Ameixas silvestres (hoje conhecida como slivovitz, Gin de Amora, vinho de Amora silvestre. Muitas variações de hidromel foram vistas em receitas medievais, com ou sem conteúdo alcoólico. Contudo, as bebidas baseadas no mel se tornaram menos comuns como bebida de mesa no fim do período, conseqüentemente rarearam. O kumis, leite de égua ou de Camela fermentado, era conhecido na Europa, mas, como hidromel, era algo em sua maior parte prescrito por médicos . O hidromel tem sido frequentemente apresentado como bebida comum para eslavos. Isto é parcialmente verdadeiro, já que hidromel tinha grande valor simbólico em ocasiões importantes. Quando eram feitos acordos ou outros assuntos de estado, hidromel era frequentemente dado como presente cerimonial . Era também comum em festas de casamentos batismos, embora em quantidades limitadas, devido ao seu preço alto. Na Polónia medieval, o hidromel tinha um status equivalente ao dos luxos importados, tais como as especiarias e os Vinhos.



o Vinho

Na Idade Média



"...entre outras coisas, ajudava na digestão , gerava bom sangue e melhorava o animo "

"A maturação do vinho tinto de qualidade requeria conhecimentos especializados"

O Vinho era comumente consumido, e era também considerado a mais prestigiosa e a mais saudável escolha. De acordo com a dietética de Galeno, era considerado quente e seco (disso veio o uso moderno de 'seco' para descrever o vinho. Mas essas qualidades eram moderadas quando vinho era diluído em água. Diferentemente da água e da cerveja, que eram consideradas frias húmidas, queria-se que o consumo moderado do vinho, (especialmente do vinho tinto), entre outras coisas, ajudava na digestão, gerava bom sangue e melhorava o ânimo. A qualidade do vinho diferia consideravelmente e dependia da vinha, do tipo de uva, e o mais importante, do número de prensagens. Na primeira prensagem eram feitos os vinhos mais finos ,de melhor qualidade e mais caros, que eram reservados às classes altas. A segunda prensagem e a terceira eram subsequentemente de qualidade inferior com menos conteúdo de álcool. As pessoas comuns usualmente tinham de optar pelo vinho branco ou o Rosé mais barato da segunda ou mesmo da terceira prensagem, o que significava que poderia ser consumido em quantidades generosas sem que isso levasse a intoxicação forte. Para os indigentes (ou para os mais devotos), vinagre diluído em água era frequentemente a única opção. Maturação do vinho tinto de qualidade requeria conhecimentos especializados assim como depósitos e equipamentos caros, o que resultava num produto final ainda mais caro. A julgar pelas recomendações dadas em muitos documentos medievais , sobre como recuperar o vinho que dá sinais de estar estragado, a conservação deve ter sido um problema muito difundido. No século XIV o livro de receitas Le Viandier trazia vários métodos de se recuperar vinho que estava estragado. Certificando-se de que os barris de vinho estivessem sempre cheios, ou adicionando uma mistura de uvas brancas secas ferveridas com as cinzas de sedimentos de fermentação de vinho branco secos e queimados, eram ambos bactericidas eficazes, mesmo que o processo químico não fosse bem entendido na época.



o Vinho

Na Idade Média

"Acreditava-se que o vinho agia como um tipo de vaporizador"



"O xarope de uva misturado com açúcar e especiarias era prescrito para diversas doenças"

Vinhos com especiarias não eram somente populares entre os ricos, como também considerados especialmente saudáveis pelos médicos. Acreditava-se que o vinho agia como um tipo de vaporizador condutor de outros alimentos para todas as partes do corpo, e a adição de especiarias fragrantas e exóticas tornavam-o ainda mais benéfico. Vinhos condimentados eram usualmente fabricados misturando-se o vinho tinto comum com um sortido de especiarias como, gengibre, cardamomo, pimenta, pimenta guiné, noz-moscada, cravo e açúcar. Essas eram contidas em pequenas bolsas, que eram postas em infusão em vinho ou tinham um líquido derramado sobre elas para produzir hypocras (vinho aromatizado com condimentos fragrantos, podendo ser aquecido), e outros tipos de vinho. Por volta do século XIV, misturas assim empacotadas poderiam ser compradas prontas nos mercados de especiarias. Os antigos gregos e romanos também conheciam a técnica, mas não era praticada em grande escala até por volta do século XVII quando as inovações árabes no campo, combinadas com o alambique de vidro refrigerado a água, foram introduzidas. Os estudiosos medievais acreditavam que a destilação produzia a essência do líquido que era purificado, e a expressão "Aqua Vitae" do latim água da vida era usada como um termo genérico para todos os tipos de destilados no século XVII.

O uso inicial de diversos destilados, alcoólicos ou não, era variado, mas o seu uso era principalmente para fins culinários e medicinais. Um xarope de uva misturado com açúcar e especiarias era prescrito para diversas doenças, e a água de rosas era usada como perfume, como ingrediente culinário e para lavar as mãos. Os destilados alcoólicos eram também ocasionalmente usados para pratos secundários (um tipo de prato de entretenimento servido entre os pratos principais), deslumbrantes e que deixavam a respiração quente, embebendo-se um pedaço de algodão em bebida alcoólica. Este era então colocado na boca do animal recheado cozinhado e ocasionalmente com a pele recolocada, e inflamado antes de apresentar e criação artística.



o Vinho

Na Idade Média

"Na baixa idade média, a produção de bebida alcoólica destilada começou a aumentar "

Água Vitae em suas formas alcoólicas era altamente elogiada pelos médicos medievais. Em 1309, Arnaldus de Vila Nova escreveu: "ela prolonga a boa saúde, dissipa os maus humores excessivos, reanima o coração mantém a juventude". Na Baixa Idade Média, a produção de bebida alcoólica destilada ilegal começou a aumentar, especialmente nas regiões de língua alemã. Por volta do século XIII, o Hausbrand, (literalmente "queimado em casa") de Gebrannter Wein, Brandwein, "vinho queimado destilado" era algo comum, marcando a origem do conhaque. Próximo do fim da Baixa Idade Média, o consumo de bebidas alcoólicas tornou-se tão enraizado que, mesmo entre população em geral, restrições de vendas e de produção começaram a aparecer no final do século XV. Em 1496 cidade de Nuremberga criou restrições para a venda e consumo da Aqua Vitae nos domingos e nos feriados oficiais.



Art publicado " O Vinho na Idade Média" - Autor desconhecido; Fonte- Faculdade de Estudos Medievais da Cidade de São Paulo. Adaptação- Medieval Today..



**FAZ BRILHAR A
ESTRELA QUE HA EM TI**

MEDIEVAL
Today

**ARCAEDITORIA
PHOTOGRAPHY**

Feiras
Medievais
em
PORTUGAL

Emad Selim





O Castelo de Tomar, no Ribatejo,

localiza-se na freguesia de São João Baptista, na cidade e concelho de Tomar, distrito de Santarém, em Portugal.

Castelo templário na margem direita do rio Nabão, integrou, à época da Reconquista, a chamada Linha do Tejo, juntamente com outros na região que lhe acompanham o estilo: os de Almourol, Idanha, Monsanto, Pombal e Zêzere.

Antecedentes

A primitiva ocupação humana da região de Tomar remonta a mais de trinta mil anos, conforme os testemunhos arqueológicos. Em tempos históricos, destacaram-se as povoações de Nabância, fundada pelos Túrdulos desde 480 a.C., e de Sellium, fundada pelos Romanos à época do imperador Augusto, no século I. A região foi sucessivamente ocupada pelos Visigodos e pelos Muçulmanos.



O castelo medieval

Afirmando-se imperativa a operação de uma fortificação destinada a complementar a linha defensiva do acesso por Santarém à então capital, Coimbra, ao fim de um ano no arruinado Castelo de Cera, o Mestre da Ordem dos Templários em Portugal, D. e Pais, filho de Paio Ramires, decidiu-se pela construção de um novo castelo, em local mais adequado, e que viria a tornar-se a sede da Ordem no país.



Não se sabe com certeza qual a razão que levou à opção por Tomar, em lugar da reforma do castelo de Cera. Alguns estudiosos afirmam que o novo sítio, em um outeiro à margem direita do rio Tomar (atual Nabão), dominando uma planície, era estrategicamente mais vantajoso. Outros argumentam que o sítio foi escolhido considerando a sua posição na linha que, em relação ao Meridiano de Paris, forma um ângulo de 34° , comum nos projetos arquitectónicos da Ordem, correspondente à diagonal da relação de $2/3$ observada na constelação de Gêmeos, um dos símbolos Templários.

De qualquer modo, a construção do Castelo de Tomar iniciou-se em 1 de Março de 1160, conforme inscrição epigráfica em seus muros. Na mesma época, iniciou-se a construção da Charola, posteriormente adaptada a Capela-mor, uma das edificações templárias mais importantes no Ocidente.

Diante do compromisso de promover o povoamento da região, D. Gualdim Pais concedeu o primeiro foral ao termo de Tomar já em 1162, documento posteriormente confirmado em 1174. Em 1165, a Ordem recebeu ainda os domínios de Idanha e de Monsanto, sendo-lhe prometido, em 1169, um terço das terras que viessem a conquistar ao Sul do rio Tejo. No ano seguinte (1170), a chamada Linha do Tejo era reforçada com a construção do Castelo de Almourol.



Duas décadas mais tarde, sob o reinado de D. Sancho I (1185-1211) a contraofensiva Almóada de 1190 sob o comando do califa Abu Yusuf Ya'qub al-Mansur, após reconquistar o Castelo de Silves e o Algarve, avançou para o Norte conquistando, sucessivamente, os castelos de Alcácer do Sal, Palmela e Almada (1190-1191). Transpôs em seguida a Linha do Tejo, cercando Santarém, destruindo Torres Novas e Abrantes até alcançar Tomar, que, sob sucessivos assaltos, resistiu durante seis dias defendida pelos Templários, quebrando o ímpeto do invasor. Nesta ocasião, os mouros forçaram a porta do Sul e penetraram na cerca exterior. A defesa dos Templários foi de tal forma encarniçada que a porta de assalto ficou conhecida como Porta do Sangue.

Diante da extinção da Ordem pelo Papa Clemente V (1312), o rei D. Dinis (1279-1325) acautelou a posse dos bens dela no reino. Para melhor administrá-los, criou a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo (1321), inicialmente com sede em Castro Marim, no Algarve, transferindo-lhe o património da antiga Ordem. Poucos anos mais tarde, entretanto, a sede da nova ordem foi transferida para Tomar (c. 1338).

O Infante D. Henrique, na qualidade de Governador da Ordem de Cristo, terá tido residência no Castelo de Tomar. Posteriormente, o castelo foi objeto da atenção de D. Manuel (1495-1521) e de D. João III (1521-1557) através de obras de restauração e reforço, quando foi ampliado o Convento de Cristo. Por ordem do primeiro, a população intramuros foi obrigada a transferir-se para a vila, junto ao rio (1499); posteriormente, na primeira metade do século XVI, os Paços da Rainha foram ampliados, desenvolvendo-se as obras no sentido setentrional, entre a Charola e a Alcáçova.

Do século XVII aos nossos dias



Escasseiam, a partir de então as informações sobre este conjunto defensivo: em 1618, demoliu-se a torre Noroeste para se ampliar a entrada no recinto do castelo, que chegou aos nossos dias relativamente bem conservado.

A vila de Tomar foi elevada à categoria de cidade por alvará de D. Maria II (1826-1828 e 1834-1853), em 13 de Fevereiro de 1844.

O castelo encontra-se classificado como Monumento Nacional por Decreto publicado em 23 de Junho de 1918, e como Património da Humanidade, pela Assembleia Geral da UNESCO de 27 a 30 de Junho de 1983.

Em 1973 foram procedidos trabalhos de restauro no piso do adarve no troço de muralha entre a Porta do Sol e a Torre da Rainha e, mais recentemente, em 1986, trabalhos de consolidação das muralhas junto à Porta do Sangue.



Características

O castelo apresenta elementos de arquitetura militar nos estilos românico, gótico e renascentista. Alguns autores apontam a presença de vestígios indicativos de uma estrutura militar anterior, que poderia remontar à época romana e que teria perdurado até à época islâmica, referindo a presença, no aparelho dos muros, de algumas placas decorativas, de cronologia visigótica ou moçárabe, provavelmente oriundas do sítio de Santa Maria dos Olivais, à margem esquerda do rio Nabão.

É composto por uma dupla cintura de muralhas, que delimitavam o primitivo burgo intramuros e a praça de armas:



-uma num plano superior, de planta poligonal irregular, com algumas faces curvas, nascendo junto à entrada da Casa do Capítulo e terminando na Torre de Dona Catarina. Delimita a Alcáçova e mantém apenas a cisterna e a Torre de Menagem no seu interior, figura defensiva introduzida em Portugal pelos Templários e que tem, aqui, o seu testemunho mais antigo;

-outra num plano inferior, ligando a fachada Leste da Charola à zona Sul da Alcáçova, que correspondia à vila fortificada da Baixa Idade Média. Também apresenta planta poligonal irregular, desenvolvendo-se em cunha no sentido Leste, rematada numa grande torre de planta quadrangular, denominada Torre da Rainha. Esta cintura incorpora um outro elemento defensivo também introduzido pelos Templários no país: o alambor. Este consiste no embasamento dos muros em rampas, destinadas a impedir a aproximação das torres de assalto e a dificultar os trabalhos de sapa e mina, bem como a eliminar ângulos mortos na base das muralhas, tendo sido empregado em Tomar circundando toda a muralha.

Essas muralhas eram reforçadas a espaços regulares por cubelos de plantas semicircular e quadrangular, na tipologia importada pelos Templários do Oriente, que a ele recorreram na Terra Santa na fortificação de Saphyum, que seguia o desenho do Krak dos Cavaleiros Hospitalários, em Hom.

Ingressando pela Porta de Santiago e ultrapassando-se a Porta do Sol surgem, à direita, a Alcáçova e a Torre de Menagem. Abre-se então o terreiro que vai dar à Charola. Para Sudoeste, outro terreiro, rematado pela Torre de Dona Catarina. A muralha prossegue, amparada em torreões, até à Porta do Sangue e à Torre da Condessa. Para o Norte, observam-se outras torres com plantas em diversos feitios. Ultrapassada a Charola, abre-se a Porta de São Martinho, inflectindo a muralha, sempre amparada por torres e cubelos, de novo em direção à alcáçova.



Apesar das múltiplas alterações que tiveram lugar no recinto fortificado ao longo dos séculos, a maior parte delas relacionada com as sucessivas campanhas de alargamento do Convento de Cristo no sector Oeste, são ainda numerosos e significativos os elementos românicos do castelo. Entre eles destaca-se a Torre de Menagem, com planta no formato rectangular dividida internamente em três pavimentos. No segundo pavimento encontra-se uma inscrição em latim, repetida na lápide comemorativa do cerco muçulmano de 13 de Julho de 1190 na escadaria que leva ao terreiro da Charola, informando ao visitante:

Na era de 1198 (1160 da era de Cristo), reinando Afonso, ilustríssimo rei de Portugal, D. Gualdim, mestre dos cavaleiros portugueses do Templo, com os seus freires, começou no primeiro dia de Março a edificar este castelo, chamado de Tomar, que, acabado, o rei ofereceu a Deus e aos cavaleiros do Templo.

Um funicular ligando o a Capela de São Gregório ao castelo foi proposto por um particular em 2010 e rejeitado pela edilidade.



Feitiços da Lua.

Bebidas Tradicionais



Publicidade

Animação de Eventos

Dança Oriental
Música ao vivo
Dança com fogo
Dança com serpente

Arabesk
T R O U P E

Informação:
<https://www.facebook.com/regina.nurenahar>
<http://arabesk.weebly.com/index>
<http://arabesktroupe.blogspot.com/>
arabesktroupe@gmail.com telm: 932208249

ANIMAÇÃO DE EVENTOS

DANÇA ORIENTAL
MÚSICA AO VIVO
DANÇA COM FOGO
DANÇA COM SERPENTE

Projecto arcaeditora



2007
Agosto

Movimento e cor
Dança

Com
RITA FONTES

Danças Orientais

Feira Medieval Silves

2007 arcaeditora photography

Isabel Carmo



Isabel Carmo,

fotografa/colaboradora da Revista Medieval Today.

Possui grande paixão por viagens. Por isso coleciona milhares de fotografias dos locais que visita.

Neste número, Isabel Carmo partilha conosco a sua viagem ao Sahara, com a apresentação de fotografias das pessoas e dos locais visitados, juntamente com o conto da Lenda do Deserto.



Sahara

A LENDA

por

Isa Carmo



MEDIEVAL
Today

SAHARA A LENDA

Falaste-me dos teus sonhos,
do tesouro e do velho rei.
Ensinaste-me a ler as estrelas,
a ouvir o silêncio do deserto e a
perceber os sinais.

Eu não tenho medo de nada e
caminho descalça pela noite do
deserto,
embriagada pelo mistério.

Por um momento sou parte do
teu sonho,
da tua lenda pessoal, das tuas
crenças e rituais....

Por isso sigo em direcção ao
que vim buscar.

Vou em direcção à tua lenda.
O deserto leva o meu nome,
que se mistura com a areia e
passa a existir nas nuvens sem
chuva,
nos animais que se escondem
entre as pedras,
na água que sai generosa da
terra.
Ele passa a fazer parte de tudo.

Sou uma mulher do deserto e
caminho livre como o vento que
move as dunas em busca do
meu destino.

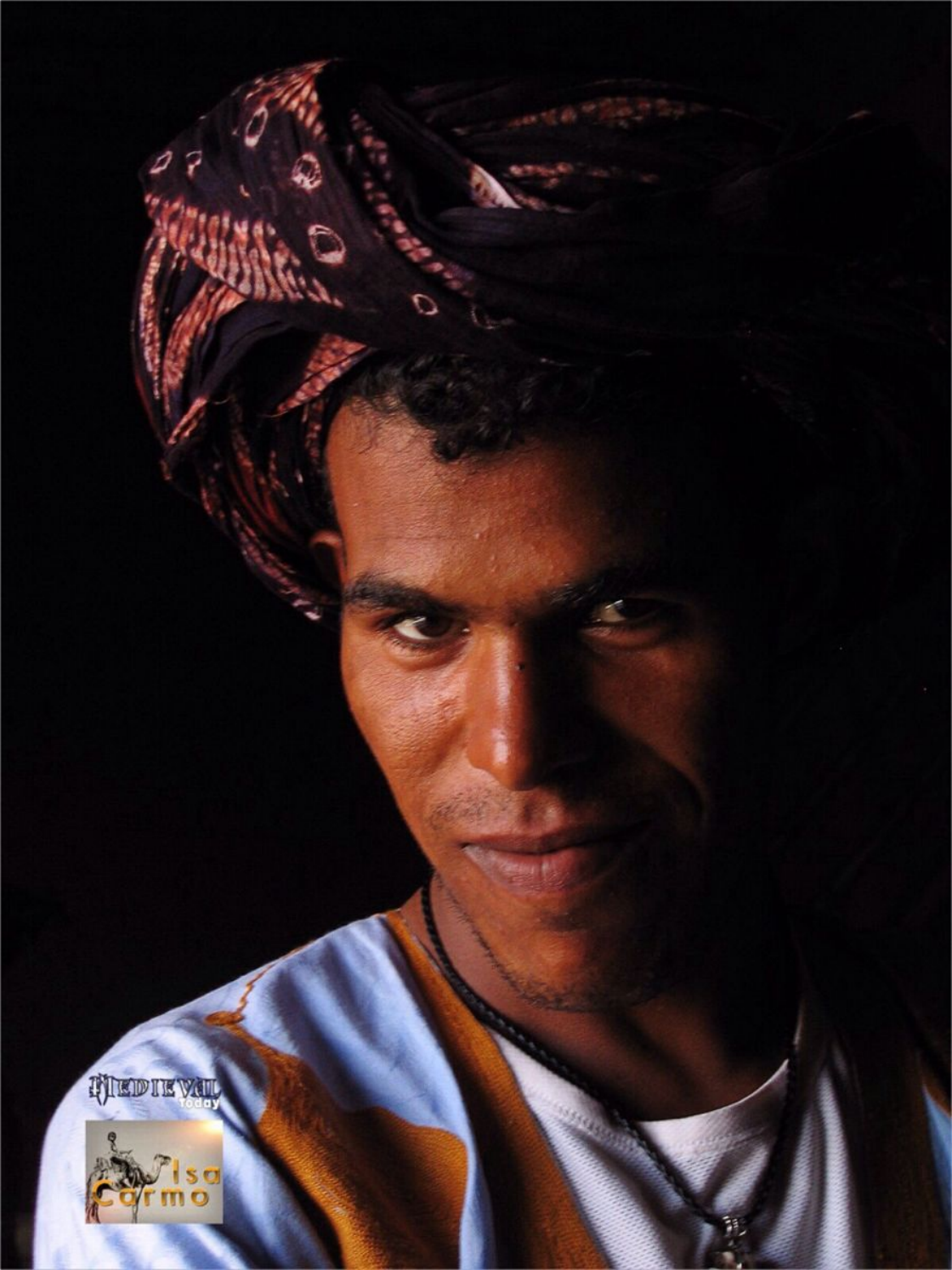
Quero também poder ver o teu
rosto nas nuvens,
nos animais e na água.

As dunas mudam com o vento,
mas o deserto permanece o
mesmo.

Assim será o nosso amor.

Se eu for parte da tua lenda tu
estarás ao meu lado um dia...





MEDIEVAL
today





19 0:38

MEDIEVAL
Today





TRIP TO YEMEN
Today



19 11 16



19 01 MEDIEVAL Today



MEDIEVAL
Today





FESTIVAL
Today







17 9:23

Medieval Today



MEDIEVAL
today





MEDIEVAL
Today





MEDIEVAL
Today





MEDIEVAL
Today



FESTIVAL
Today





Medieval
road





MEDIEVAL
Today

Publicidade

**AQUI
PODE ESTAR UM
ANUNCIO SEU !
GRATIS !!!**

medievaltoday@gmail.com

Runas dos Anjos

Runas dos Anjos

O que são?

As Runas com que trabalho, foram criadas por mim, não são as tradicionais, são símbolos angélicos que nos dão as mensagens dos anjos, para a nossa vida...

Não se trata, de adivinhação de situações, e sim como pode agir, numa determinada área para ser bem sucedido/a, é muito giro, vai adorar...

Eis algumas coisas que pode ficar a saber...

Que situações do seu passado lhe trouxeram a este presente que vive agora e precisa libertar?

O que pode evitar e aproveitar no seu momento atual para modificar positivamente o seu futuro?

Que futuro lhe aguarda segundo o que esta a construir agora?

À Distância....

Valor da Leitura (5 S.A) por tema: Amor / Saúde / Trabalho...

Faça já a sua marcação!

FORMAÇÃO DOS 49 SIMBOLOS ANGÉLICOS

Quando esta Formação me foi apresentada, não fazia a mínima ideia do que se tratava, nunca tinha ouvido falar, mas como sempre gostei de Anjos, arrisquei e disse: "Sim, eu vou fazer".

E agradeço a mim por ter tido essa iniciativa e a quem me apresentou esta curiosa maravilha, pois sem esta formação não teria experienciado o que experienciei aquando da minha iniciação, e não me teria surgido as mil ideias que me surgiram.

Através dela criei as Runas dos Anjos (que segundo tenho conhecimento, não existem mais nenhuma senão as minhas) e por influência os Amuletos, muitas mais ideias pioneiras podem surgir, a quem como eu disser "Sim", por isso, venha conhecer as "CHAVES" do mundo dos Anjos...

Estes símbolos são um presente dos Anjos para o nosso mundo.

Eles curam a nossa alma e ajudam-nos a manter-nos bem fisicamente e mentalmente, guiam-nos no caminho da realização, facilita a introspeção, revelam os dons, ajuda a ser-mos positivos na nossa vida.

Eles vem diretamente do Reino dos Anjos e estão protegidos energeticamente e selados, não podendo receber outras energias estranhas e reforçam os nossos corpos energéticos.

Os Anjos são mensageiros de Deus, e todos nós temos um anjo guardião que nos foi destinado desde o nascimento.

Quer saber como utilizar os Símbolos dos Anjos?

Então, esta formação é para si...

É feita á distância e o valor de troca são 50 S.A.

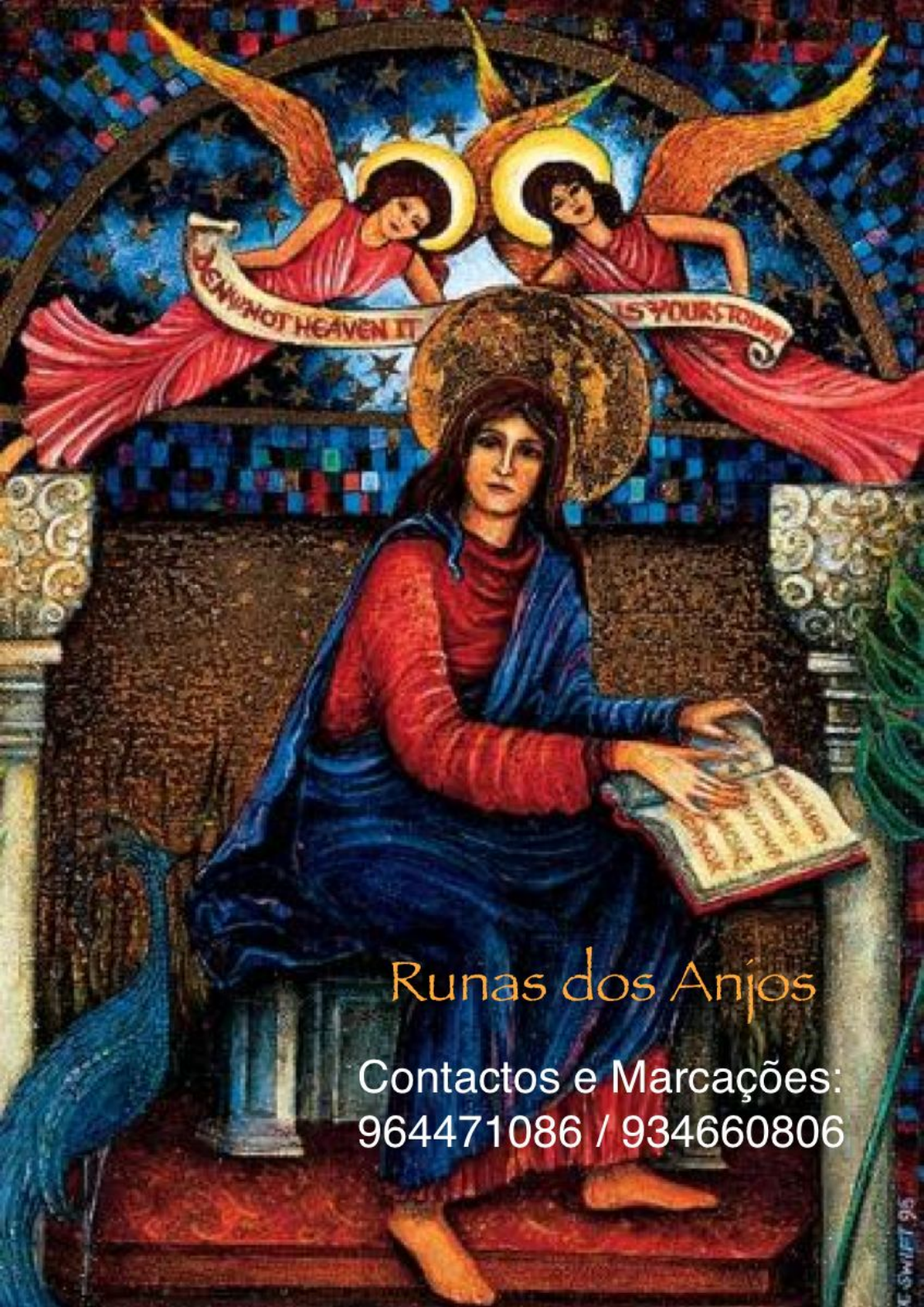
Caso pretendam adquirir as Runas dos Anjos, são mais 50 S.A (Poderão ser vocês a querer fazê-las também em casa, darei uma breve explicação de todo o processo de criação e dos materiais utilizados, que terá o valor de 5 S.A e aí criam as vossas, assim como eu fiz...).

FORMAÇÃO DOS 49 SIMBOLOS ANGÉLICOS
(50 S.A)

FORMAÇÃO DOS 49 SIMBOLOS ANGÉLICOS + RUNAS DOS ANJOS
(100 S.A)

FORMAÇÃO DOS 49 SIMBOLOS ANGÉLICOS + EXPLICAÇÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS RUNAS DOS ANJOS
(55 S.A)

Espero por si, nesta Maravilhosa "Viagem", ao Mundo dos Anjos
Marisa Diogo



Runas dos Anjos

Contactos e Marcações:
964471086 / 934660806

AL SHAYNA



*"... Os nossos corpos...
... em movimento,
... são a voz...
... de uma só alma..."*

Dança Oriental de Fusão
Dia 5 de Julho
Luso Chinês (Alhos Vedros)
23 horas

VILA Chã de Ourique CARTAXO

18 a 20
Julho '14

Reconquista Cristã

COMEMORAÇÕES
da BATALHA de
OURIQUE

ENTIDADES FINANCIADORAS

COLABORAÇÃO

ORGANIZAÇÃO

APOIO





A

RC

A

E

D

I

TO

RA

Y.

2013

PH

TO

01.

28

LIVE
WHAT
YOU
LOVE





Arca
Editora
DIGITAL ART

arca editora
PHOTOGRAPHY AND DIGITAL ART



Grupo Gaudilus





"O grupo Gadilus

nasceu no final do ano de 2012. O grupo manifesta uma forte ligação a toda a cultura musical Medieval deixada na Europa, adaptando às novas linguagens musicais da actualidade.

O grupo é composto por cinco elementos, quatro deles oriundos da pacata vila de Gaeiras, freguesia das terras de Óbidos. A origem etimológica da Vila de Gaeiras diz-nos que "Gaeiras" lugares com grande abundância de gaios, Latim - "gaius" ou do germânico "gadilus", daqui o grupo vai buscar a sua terminologia para o nome que escolheu: "Gadilus".

Este na sua formação mais usual contempla três músicos a tocar gaita-de-foles na parte melódica e dois músicos na parte rítmica da percussão. São eles: André Ventura, João Conceição, João Maia Roberto, Marco Roque e Márcia Santos.

A sua estreia deve-se à junta de freguesia de Gaeiras que convidou para uma actuação na comemoração do seu XII aniversário. Desde aí, no seu primeiro ano já passaram por:

1º Torneio de Arco Histórico - 25/26.05.2013 - Óbidos

Festival Medieval de Elvas - 4/5/6/7.07.2013 - Elvas

Espectáculo Gente Mais no Bowling Caldas - 10.07.2013 - Caldas da Rainha

Inauguração da esplanada da Albergaria Josefa D'Óbidos - 13.07.2013 - Óbidos

Concerto no Salão Milénio - 14.07.2013 - Caldas da Rainha
Mercado Medieval de Óbidos - Óbidos

Participação no II Torneio de Futsal - 29.07.2013 - Gaeiras
Medieval Fabulis - 3/4.08.2013 - Arcozelo, Ponte de Lima

Acampamento de 2 mil escuteiros que recriaram a Batalha de Aljubarrota - 8/9.08.2013 - Batalha

Festa em Honra de N. Sra. Da Ajuda - 11.09.2013 - Gaeiras

Casamento Medieval - 21.09.2013 - Caldas da Rainha
Há música na cidade - 05.10.2013 - Leiria

IV Festim Medieval de Óbidos - 12.10.2013 - Óbidos

Os Gadilus também têm uma vertente tradicional, tocando musicas tradicionais portuguesas das várias regiões de Portugal.

Podendo assim oferecer um espectáculo em qualquer âmbito ou em qualquer espaço.

A todos os que de alguma forma contribuíram, o nosso muito obrigado!"

Contactos:

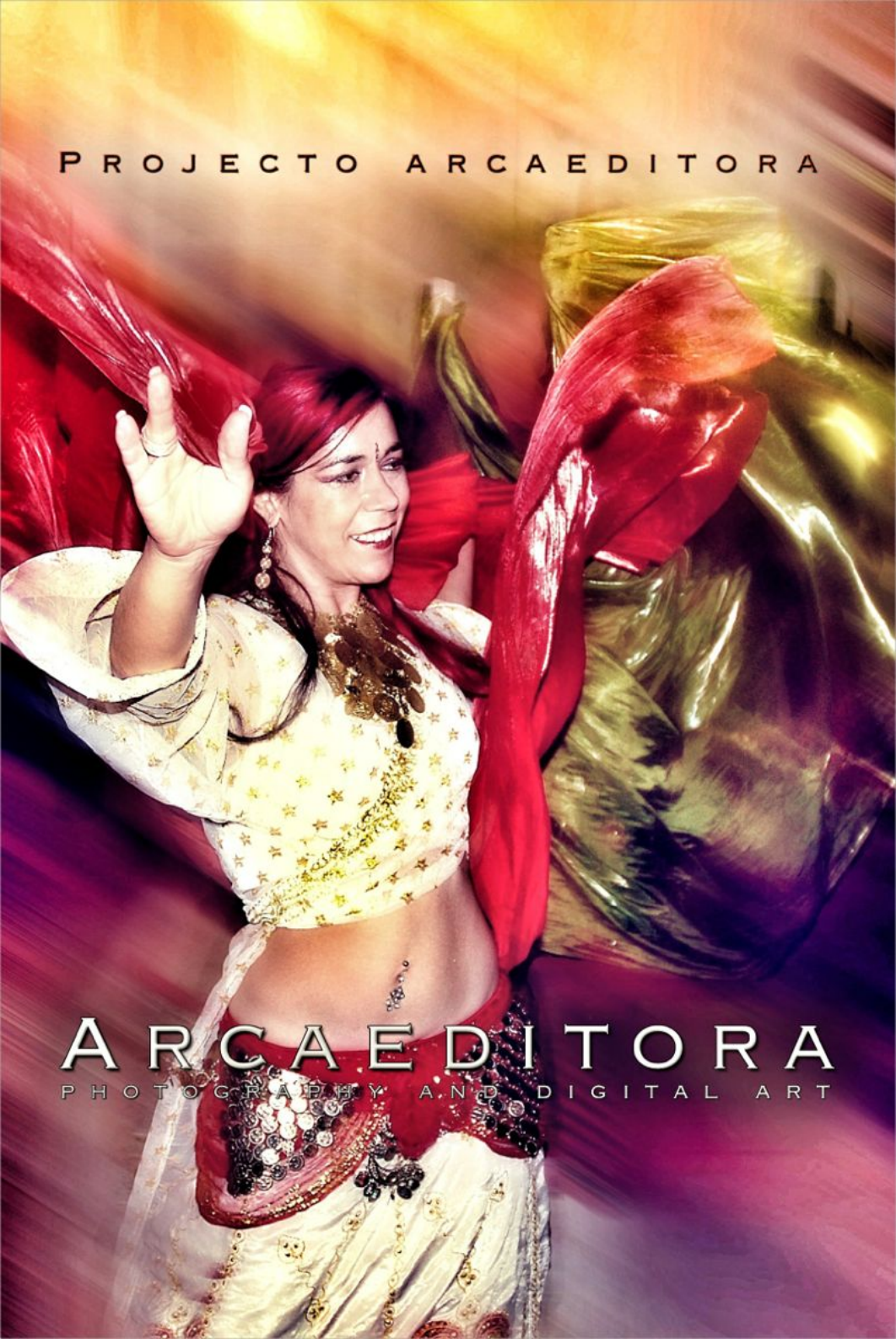
gadilusmedieval@gmail.com
915 135 718 - João Conceição
916 293 130 - Márcia Santos

<https://www.facebook.com/gadilus.medieval>

<http://www.youtube.com/gadilusmedieval>

Ginja de Óbidos





PROJECTO ARCAEDITORORA

ARCAEDITORORA
PHOTOGRAPHY AND DIGITAL ART



Festa Templaria
ARCAEDITORIA
PHOTOGRAPHY AND DIGITAL ART
TOMAR



all rights reserved ©

Almodovar Medieval
ARCAEDITORA
PHOTOGRAPHY AND DIGITAL ART

The background of the cover is a textured, blue-grey surface with a cracked, stone-like appearance. On the left side, there are several horizontal, rectangular pieces of aged, yellowish-brown parchment or paper, some overlapping and some with dark, irregular stains, suggesting a historical or archaeological theme.

MEDIEVAL

Today

Miguel Nogueira

Braga Romana

O meu nome é Miguel Nogueira nasci a 21 de Julho de 1989, sou natural de Lordelo-Guimarães.

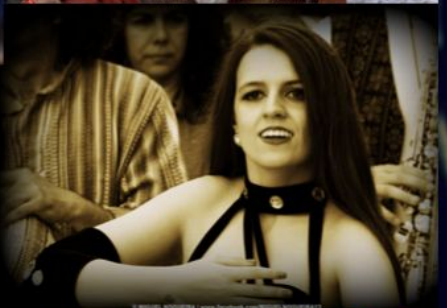
Amante de fotografia sobretudo Fotojornalismo, tema que represento na imprensa local como colaborador.

Frequentei o curso de Técnicas de fotografia, execução de fotografia e exposição, no entanto considero-me um autodidata a 100% iniciante e puro amador.

Fotografo por prazer, fotografo porque adoro congelar e imortalizar um momento ou uma ação que irá construir um significado e contar uma história. Um pouco como os eventos medievais a norte do país à qual tem sido habitual a minha presença, desenvolvi este gosto porque tal como a fotografia que conta uma história estes eventos permitem-nos apreciar partes da cultura e história da idade média, as artes e os ofícios dessa época, bem como nos permite reviver as tradições de uma forma muito apelativa.

Considero-me cético pela atitude crítica dos meus trabalhos, entusiástico porque procuro a cada momento e a cada experiência evoluir e aprender um pouco mais e amantético por aquilo que faço.



















































MIGUEL

Nogueira

F O T O G R A F I A



M I G U E L
N O G U E I R A



The background of the cover is a textured, blue-grey surface with a cracked, stone-like appearance. On the left side, there is a vertical strip of aged, yellowish-brown parchment or leather, showing signs of wear and discoloration. The title 'MEDIEVAL' is written in a large, red, gothic-style font with a black outline and a slight shadow effect. Below it, the word 'Today' is written in a white, sans-serif font with a black outline.

MEDIEVAL
Today

BATALHA

De

ALJUBARROTA



ALJUBARROTA
ALJUBARROTA
ALJUBARROTA

Contextualização

Batalha de Aljubarrota – o «antes»

1. Quando o rei D. Fernando morreu, em 1383, a sua sucessora legítima era a sua única filha D. Beatriz.
2. O problema é que D. Beatriz era casada com D. João I, rei de Castela, o que podia pôr em risco a independência de Portugal em relação a Espanha, pois o nosso rei passaria a ser castelhano.
3. Assim, quando D. Beatriz se tornou rainha, os portugueses (os que tinham influência) não sabiam muito bem o que pensar. Uns aceitaram-na, mas outros não queriam obedecer-lhe.
4. D. Leonor Teles, a viúva do rei D. Fernando, aceitava bem esta situação, até porque era ela a regente do reino (a pessoa que reina em vez do rei - ou rainha).
5. Por seu turno, D. João, Mestre de Avis, meio-irmão de D. Fernando, era um dos portugueses que não queria D. Beatriz no trono.
6. Para enfraquecer o poder da rainha, D. João Mestre de Avis matou o Conde Andeiro, um castelhano que era o maior conselheiro de D. Leonor e que na verdade fazia a regência do trono por ela...
7. Com esta atitude, D. João Mestre de Avis ganhou o apoio do povo, da burguesia e de alguns nobres contra D. Beatriz.
8. Com medo do poder do Mestre de Avis, D. Leonor Teles pediu ajuda ao rei de Castela (ao genro) para impedir que D. Beatriz perdesse o trono.

Batalha de Aljubarrota – o cerco de Lisboa e a guerra

9. O rei de Castela também não gostou de ver a sua influência em Portugal ser diminuída, por isso mandou as suas tropas para Portugal e cercou Lisboa, onde estava D. João, Mestre de Avis.
10. O cerco de Lisboa foi um dos mais difíceis e longos da história de Portugal.
11. No entanto, as discussões entre o exército castelhano e a peste fizeram com que os portugueses não tivessem que se render...
12. Esta vitória deu ao Mestre de Avis uma notoriedade muito grande entre o povo português que o nomeou «defensor e regedor do reino».
13. Quem não gostou nada do novo ocupante do trono foram os castelhanos... E o rei de Castela ordenou uma nova invasão a Portugal.
14. O resultado foram várias batalhas entre os dois exércitos. Uma delas foi a batalha dos Atoleiros em 1384, o primeiro sítio onde se usou a "tática do quadrado", que resultou muito bem!
15. A tática do quadrado, que te explicaremos no próximo texto, era usada em "pequena" escala contra um exército proporcionalmente maior e foi inspirada nas táticas de Alexandre Magno (retirada de um livro que D. Nuno Álvares Pereira tinha lido há pouco tempo).
16. Depois desta vitória portuguesa, as cortes de Coimbra decidiram, em Março de 1385, aclamar D. João Mestre de Avis como o novo rei de Portugal.
17. Assim terminou a Crise (de sucessão) de 1383-85.
18. Mas de todas as batalhas, a mais referida é a de Aljubarrota, no dia 14 de Agosto de 1385.

Batalha de Aljubarrota – a batalha

19. O grande herói desta batalha foi D. Nuno Álvares Pereira, um grande apoiante de D. João, Mestre de Avis, que decidiu não esperar em Lisboa pelos castelhanos e encontrar-se com eles a caminho de Leiria.
20. D. Nuno Álvares Pereira organizou um pequeno exército que combateu os castelhanos com besteiros e arqueiros a pé que formavam filas para derrubar os inimigos. Sabias que nesta batalha havia cavaleiros ingleses a ajudar o exército português?
21. D. Nuno aproveitou pequenas elevações do terreno, onde colocou arqueiros e besteiros. Mandou cavar fossos (chamados covas-de-lobo) disfarçados com folhas, para que os cavaleiros castelhanos lá caíssem.
22. Depois, dispôs as suas forças em três alas, sendo que uma delas (maior) ficava de reserva à retaguarda, comandada por D. João, Mestre de Avis.
23. À frente uma grande linha de soldados comandada pelo Condestável (D. Nuno) enfrentava de frente os castelhanos, dando-lhes a sensação de que estavam em vantagem.

24. A ala esquerda era a célebre *ala dos namorados*, que enfrentou bravamente os castelhanos, e a ala direita era conhecida por *ala da madressilva*, que, enquanto a primeira lutava, fazia chover flechas sobre o exército inimigo.
25. Quando os cavaleiros exército castelhano viram avançar os soldados portugueses a pé, recolheram um pouco as suas lanças, julgando que não seria necessário um esforço assim tão grande para os derrotar.
26. Imagina a sua surpresa quando as várias alas começaram a avançar e os rodearam!
27. Esta tática militar, que ficou conhecida como a "tática do quadrado", foi o segredo para a derrota dos castelhanos. Apesar da batalha sangrenta, as maiores perdas foram do exército castelhano que foi cercado de surpresa pelas tropas portuguesas.
28. O resultado foi a vitória dos portugueses frente a um exército muito superior, tanto em número como em armas!
29. Para teres uma ideia, os portugueses tinham 1700 lanças, 800 besteiros e 4000 peões; ao todo 6500 homens.
Por seu turno, os castelhanos tinham 5000 lanças, 2000 cavalos, 8000 besteiros e 15 000 peões, num total de 30000 homens, com 700 carroças, milhares de animais carregando mantimentos e munições, 8000 cabeças de gado e muitos pajens e outra gente de serventia!
30. Esta batalha foi um marco muito importante na História de Portugal porque evitou que o País caísse nas mãos de Castela e perdesse a sua independência.



BATALHA

De



~~AL JURADO~~
~~AL JURADO~~
~~AL JURADO~~
~~AL JURADO~~

MEDIEVAL
Today

Batalha de Aljubarrota

C

ontexto político anterior à Batalha de Aljubarrota:

Após o reconhecimento do reino de Portugal e de D. Afonso Henriques como seu monarca, em 1179, pelo Papa Alexandre III, através da bula "Manifestis probatum est", Portugal experimentou nos dois séculos seguintes um crescimento significativo, tanto em termos geográficos, como económicos e demográficos.

Quando, em 1367, D. Fernando subiu ao trono encontrou o reino numa situação relativamente desafogada. Contudo, envolveu-se em três malogradas guerras com Castela e deixou-se influenciar pela rainha D. Leonor Teles e seus partidários, lançando o País numa situação economicamente delicada e numa grave crise política. No final do reinado de D. Fernando, o tesouro régio estava depauperado, os preços subiam em face da quebra continuada da moeda e o nível de vida das populações baixara significativamente.

Após a terceira guerra com Castela, em 1382, D. Leonor Teles, o Conde João Fernandes Andeiro e muitos nobres entenderam que uma união com Castela seria a melhor forma de acautelar os seus interesses e de terminar com um secular conflito entre os dois reinos, colocando-os sob a mesma família real. Desta forma, promoveram a assinatura do Tratado de Salvaterra de Magos, em 6 de Abril de 1383, no qual se previa o casamento de D. Beatriz, a única filha de D. Fernando e de D. Leonor Teles, com D. Juan I de Castela, que enviuvara no início desse ano. Segundo este Tratado, D. Leonor Teles, após a morte de D. Fernando, seria a regente da Coroa Portuguesa até que D. Beatriz tivesse um filho varão e este atingisse os 14 anos. A Coroa Portuguesa passaria então a pertencer aos descendentes do Rei de Castela, D. Juan I, passando a capital do Reino para Toledo. Esta situação significava que o Reino de Castela iria inevitavelmente dominar Portugal. O casamento real teve lugar em Maio de 1383, nas povoações raianas de Elvas (a 14 de Maio) e de Badajoz (a 17 do mesmo mês).

Quando D. Fernando morre, em 22 de Outubro de 1383, a situação que se cria, decorrente do Tratado de Salvaterra de Magos, provoca mal-estar e não agrada a um largo sector da nobreza de Portugal. Na corte portuguesa um personagem se destacava. Era João Fernandes Andeiro, um galego que apoiara o sonho expansionista de D. Fernando e mais tarde contribuíra para a elaboração do Tratado de Salvaterra. Muitos afirmavam também que era amante da rainha, D. Leonor Teles. O Conde Andeiro era um mestre da política internacional e manobrava habilmente os interesses e as emoções de D. Fernando e D. Leonor. Após a morte de D. Fernando, tornou-se o principal valido e conselheiro de D. Leonor.

Um largo sector da sociedade portuguesa entendia que o Infante D. João, meio-irmão de D. Fernando e filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, teria direito ao trono. Um grupo minoritário defendia, no entanto, as pretensões ao trono de D. João, Mestre da Ordem militar de Avis e filho bastardo de D. Pedro I.

Após alguma hesitação, o Mestre de Avis mata o Conde João Andeiro nos Paços da Rainha, em 6 de Dezembro de 1383. Conhecido este facto, rapidamente se alargou o número de apoiantes do Mestre de Avis, sobretudo nas maiores cidades do reino, como Lisboa. Com efeito, ao ter conhecimento desta notícia, o povo de Lisboa amotina-se e proclama D. João, Mestre de Avis, como "Regedor e Defensor do reino".



No resto do país, muitos dos nobres e alcaides de castelos, em obediência ao contrato de Salvaterra de Magos, continuam, contudo, a respeitar a rainha D. Leonor Teles e a aceitar a sua autoridade. Gera-se assim uma grave crise política, cujo desfecho estava ainda longe de se poder descortinar.

Causas da crise de 1383 a 1385:

Analisando a crise política de 1383 a 1385 em maior profundidade, é possível referir que vários factores políticos, económicos e sociais estiveram na sua origem.

A primeira razão que podemos apontar para esta crise, residiu nas divisões e rivalidades existentes dentro da nobreza portuguesa. Com efeito, desde o reinado de D. Afonso IV, que se iniciou em 1325, foi-se progressivamente operando uma profunda recomposição da alta nobreza, ou seja, das famílias nobres que frequentavam normalmente a corte e que beneficiavam prioritariamente de favores régios, como a atribuição de títulos, ou a concessão de recompensas. Em face deste processo de transformação, esta alta nobreza, aquando da morte de D. Fernando, era quase que exclusivamente composta por famílias de exilados castelhanos e galegos, como os Castros e sobretudo os Teles, que desde o reinado de D. Afonso IV se haviam refugiado em Portugal devido às guerras civis em Castela. Estas famílias foram progressivamente ganhando influência e poder dentro da corte portuguesa, sobretudo pela mão de D. Pedro I e mais tarde de Dona Leonor Teles, embora o seu número de elementos fosse relativamente reduzido..

Aquando da morte de D. Fernando, existia portanto um grande número de famílias antigas, que podemos classificar como pequena e média nobreza, que tinha perdido progressivamente o seu poder, e que se encontrava naturalmente descontente. Esta situação foi naturalmente geradora de tenções e mal estar, que favoreciam o desejo de alterações profundas dentro de várias famílias da nobreza portuguesa. Este desejo de alterações foi então facilitado e teve uma clara oportunidade de se expressar, pelo facto de D. Leonor Teles e os seus aliados defenderem uma solução política para Portugal que consistia na perda de independência para o Reino de Portugal. Esta solução não só era discutível legalmente, como era sobretudo do desagrado da grande maioria da população portuguesa.

Do lado de D. Leonor Teles não estava contudo apenas a alta nobreza. Estavam também alguns nobres que obtiveram de D. Leonor postos de confiança, como o cargo de alcaides de castelos, ou de deverem os seus laços matrimoniais a D. Leonor. Estão neste caso Martim Gonçalves de Ataíde, alcaide do castelo de Chaves, Pedro Rodrigues da Fonseca, alcaide do castelo de Olivença, João Afonso Pimentel, senhor de Bragança, Fernão Gonçalves de Meira, alcaide do castelo de Torres Vedras, Fernão Gonçalves de Sousa, alcaide do castelo de Portel, ou Gonçalo Vasques de Azevedo. Pelas relações pessoais que se estabeleceram com D. Leonor Teles, estes nobres ser-lhe-ão sempre fieis e defenderão os seus castelos contra D. João I, em muitos casos até depois da Batalha de Aljubarrota.

Todas as referidas contradições e tenções sociais existentes dentro da nobreza portuguesa, vieram à superfície após a morte de D. Fernando. Com efeito, em face de uma indefinição política que então se gerou, pelo facto de D. Fernando não ter deixado nenhum filho herdeiro, e pela perspectiva de uma invasão estrangeira, movida por D. Juan I de Castela, criaram-se condições objectivas para uma divisão e confrontação entre os diversos grupos sociais existentes, exteriorizando tenções acumuladas ao longo de décadas. Do lado de D. Leonor Teles estavam todos os interessados na manutenção da situação política e económica vigente,



enquanto do lado de D. João Mestre de Avis se encontravam todos os que pretendiam a sua profunda alteração.

É contudo justo referir que existe também um importante número de famílias da nobreza tradicional portuguesa, que por não se sentir identificada com nenhuma das duas referidas facções, adopta no início da crise, uma posição neutra, ou de apoio ao Infante D. João, filho de D. Pedro I, então preso em Castela por ordem de D. Juan de Castela. Encontram-se neste caso as famílias Pacheco, Cunhas, Coelhos ou Coutinhos. Com o evoluir da crise política, a partir de 1383, estas famílias foram adoptando sucessivamente posições, em face do desenrolar dos acontecimentos políticos e militares.

Em segundo lugar é também importante referir outro grupo social que então se encontrava claramente descontente. Eram os filhos não primogénitos e bastardos, pois desde à muitos anos se viam afastados do acesso ao património familiar, em face das regras sucessórias existentes. Esta situação fez com que muitos membros de famílias portuguesas optassem por carreiras dentro das Ordens Militares, como forma de promoção social de acesso à nobreza. Exemplos de famílias onde, por estas razões, muitos dos seus membros se especializaram na arte da guerra, são os Leitões, os Teixeiras, os Carvalhos, os Barretos e obviamente os Pereiras, onde se incluía Nuno Álvares Pereira. Estes membros de famílias portuguesas aderiram na sua quase totalidade à causa do Mestre de Avis, por verem neste partido a forma mais evidente de adquirirem direitos sociais e políticos, que até então lhe eram negados.

Mas a razão principal da crise de 1383 a 1385 foi o descontentamento popular, resultante tanto da degradação das condições de vida da generalidade da população, como da evolução política que o País tomava, onde se perspectivava a perda da sua independência.

A degradação das condições de vida resultavam de uma crise económica acentuada, que se verificava tanto em Portugal como na Europa, de sucessivas más colheitas agrícolas, inevitavelmente geradoras de fome, dos efeitos negativos das frequentes guerras contra Castela, e da ocorrência regular de diversas epidemias, como a Peste Negra. A responsabilidade para a degradação das condições era assim, e em primeiro lugar, atribuída ao poder instituído, ou seja, aos anos de governação de D. Fernando e de D. Leonor Teles.

Mas a insatisfação popular resultou também da perspectiva do Reino de Portugal perder a sua independência e de passar a ser governado por um rei estrangeiro. Esta insatisfação manifestou-se logo após a morte de D. Fernando, em Outubro de 1383, quando a regente D. Leonor manda apregoar por várias cidades de Portugal o pregão: "Arraial, arraial, pela rainha D. Beatriz nossa senhora". Em várias povoações do Reino, como Lisboa, Santarém e Elvas, a população murmura e reage mal ao pregão. Esta reacção não resulta apenas de D. Leonor ser impopular, mas seguramente da perspectiva de domínio castelhano, que D. Beatriz inevitavelmente representava.

Mais tarde, após os acontecimentos em Lisboa, em 6 de Dezembro de 1383, onde D. João Mestre de Avis se afirma como líder, representando claramente uma alternativa política à união com o Reino de Castela, multiplicaram-se por todo o Reino, ao longo dos dois anos seguintes, exemplos de populações que aderem à sua causa. Encontra-se neste caso, e em primeiro lugar, a cidade de Lisboa, onde na própria noite de 6 de Dezembro o Mestre é aclamado pelo povo e onde, posteriormente, várias vezes lhe é solicitado que assuma o título de regedor e defensor do Reino. Em Janeiro, Almada e a cidade do Porto aderem ao Mestre. Mais tarde, em Maio,



Coimbra adopta a mesma posição. Podemos assim verificar que, rapidamente, as populações das principais cidades do Reino aderem ao Mestre.

Para alargar a sua base de apoio, D. João envia, logo a partir de Dezembro, emissários pelo Alentejo, onde ateam uma verdadeira insurreição. As populações aderem ao Mestre e assaltam os respectivos castelos, como sucede em Beja, Portalegre, Estremoz e Évora. Noutros casos as populações apoiantes do Mestre de Avis tentam, sem sucesso, apoderar-se dos seus castelos, como sucede em Torres Vedras, Alenquer, Guimarães, Braga ou mesmo Santarém. Noutros casos ainda, como Tomar, Pinhel ou Montemor-o-Novo, a população, com o respectivo castelo, adere, sem luta, ao Mestre.

No sentido inverso não se conhecem casos. Com efeito, não se conhecem casos em que a população de uma povoação tenha aderido ao Rei de Castela, ou à sua esposa, D. Beatriz. Tal não significa que a maioria dos castelos existentes em Portugal não se tenham mantido fieis a D. Beatriz, mesmo até depois da Batalha de Aljubarrota. Estas posições dos alcaides nunca foram contudo representativas do sentimento das respectivas populações.

Mas este sentimento popular não se manifestou apenas na tomada de cidades ou castelos. Ele esteve sempre presente a partir de 1383, e manifestou-se de diversas formas e em diferentes ocasiões. Exemplos de manifestação desse sentimento popular foi a adesão imediata da povo de Lisboa à causa do Mestre de Avis, em Dezembro de 1383, ou a sua determinação em lutar pelo Mestre de Avis, em 1384, durante o terrível cerco de quatro meses a que Lisboa foi sujeita; ou a adesão do povo do Porto, em Janeiro de 1384, ao partido do Mestre, bem como a sua decisão, em Maio de 1384, de oferecer batalha aos castelhanos que ameaçavam cercar a cidade; ou a decisão do povo, que vivia em redor de Torres Vedras, de abandonar a cidade com o exército do Mestre de Avis, em Fevereiro de 1385, quando o Mestre desistiu do cerco que aí havia montado; ou a perseguição espontânea que muitas gentes fizeram aos homens de armas castelhanos, quando estes, em Agosto de 1385, fugiam para Castela, após a Batalha de Aljubarrota.

A sabedoria popular desde cedo soube identificar o partido que melhor garantias dava de defender as suas aspirações de curto e de longo prazo. Deste modo, do Minho ao Algarve, como maior ou menor evidência, a preferência das populações virou-se exclusivamente para D. João Mestre de Avis. Tratou-se de um fenómeno muito significativo, que contribuiu certamente para a consolidação da identidade nacional.

A reacção espontânea do povo foi a de aderir ao partido do Mestre de Avis, que não era responsável pela degradação económica dos anos anteriores, e simbolizava uma solução portuguesa para a crise política. D. Leonor Teles não representava seguramente uma solução para qualquer destas questões, pois além de estar associada à degradação económica existente, proclamara a sua filha, D. Beatriz, casada com o rei de Castela, como rainha de Portugal. O infante D. João também não representava essa solução política, pois vivia à vários anos em Castela, onde estava preso desde Outubro de 1383. Deste modo, o único pretendente que poderia permitir uma solução de independência do Reino de Portugal era claramente o Mestre de Avis. O seu comandante militar, D. Nuno Álvares Pereira, salientou muitas vezes este aspecto, como elemento de união entre os portugueses, nomeadamente nos momentos que antecederam as suas batalhas, ao referir frequentemente a necessidade de se fazer frente à invasão estrangeira.



A invasão de Portugal por um exército estrangeiro, tanto em 1384, como em 1385, obrigou a que os diferentes grupos sociais tivessem de optar por um dos lados em confronto. O apoio essencial foi contudo concedido pelo povo, ao reconhecer em D. João I a figura que melhor poderia assegurar a resolução dos seus problemas económicos e a defesa da independência do Reino de Portugal.

Em conclusão, é possível afirmar que existiram várias razões para a crise de 1383 a 1385. O partido do Mestre de Avis pôde então contar com o apoio de diversos grupos sociais, nomeadamente de certa burguesia e de uma parte importante da pequena e média nobreza portuguesa. Pôde também contar com um chefe militar excepcional, Nuno Álvares Pereira, que em muitos casos difíceis soube, com a sua coragem e eficácia, imprimir o rumo certo do desenrolar dos acontecimentos. Mas estes factores favoráveis nunca teriam proporcionado quaisquer hipóteses de sucesso a D. João Mestre de Avis, se a maioria esmagadora do povo, nomeadamente nas principais cidades, não tivesse aderido progressiva e espontaneamente à sua causa.

Descrição dos acontecimentos:

Ainda em Dezembro de 1383, e constatando a situação de incerteza e de indefinição política que se verificava, o Mestre de Avis envia emissários a D. Leonor Teles, que saíra já de Lisboa e se encontrava em Alenquer. Levavam-lhe uma proposta de casamento entre ela e o Mestre de Avis. Segundo esta proposta, o Mestre de Avis e D. Leonor Teles assumiriam a regência do Reino, até que o filho de D. Beatriz atingisse 14 anos e pudesse reinar. Após esse facto, o Mestre de Avis seria o governador do Reino. D. Leonor Teles recusa a proposta. Os partidários do Mestre começam então a preparar a defesa militar de Lisboa.

Depressa se percebeu a importância do auxílio de Inglaterra, reino com que Portugal tinha um tratado de aliança assinado em 1372 (o Tratado de Tagilide), e particularmente o apoio do Duque de Lencastre, John of Gaunt, que tinha pretensões ao trono castelhano. Desta forma são enviados, ainda em Dezembro de 1383, embaixadores a Londres, que são recebidos por Ricardo II e pelo Duque de Lencastre. A resposta do rei de Inglaterra foi favorável aos pedidos do Mestre, permitindo que os embaixadores portugueses recrutassem em Inglaterra homens de armas e arqueiros. Em contrapartida, o Mestre de Avis aceitou as pretensões do Duque de Lencastre ao trono de Castela.

Em Dezembro de 1383, o Mestre, perante a solicitação do povo para que se chamasse Regedor e Defensor do Reino, vai ao Mosteiro de São Domingos onde o povo se junta. Aí aceitou ser "seu defensor e pôr o corpo a qualquer aventura por honra do reino e pela defesa deles".

Ainda em Dezembro de 1383, um jovem nobre, Nuno Álvares Pereira, entrou em cena. Filho segundo, saído de uma família ligada à Ordem de S. João do Hospital, foi recebido pelo Mestre de Avis em Dezembro, a quem transmitiu o seu apoio, tornando-se desde então o "braço armado" do partido do Mestre. Com pouco mais de vinte anos, foi nomeado fronteiro do Alentejo e depressa mostrou a sua capacidade militar.

O Mestre nomeia o seu Conselho, tendo por chanceler João das Regras. Neste Conselho participa um eclesiástico e vários legalistas e burgueses. Mais tarde juntar-se-á Nuno Álvares Pereira.



Para alimentar a guerra, o Mestre recolhe donativos em dinheiro de moradores de Lisboa, e levanta empréstimos em dinheiro e em valores.

De Santarém, e ainda em Dezembro, D. Leonor Teles envia então cartas a D. Juan de Castela dando-lhe conta dos acontecimentos em Lisboa, e pedindo-lhe que entre em Portugal com o seu exército, para restabelecer a ordem e devolver-lhe a regência do Reino.

Em Janeiro, vários castelos de Portugal são tomados ou aderem ao Mestre de Avis, como Beja, Portalegre, Estremoz, e Évora. A cidade do Porto adere também ao Mestre.

D. Juan I de Castela recebe esta carta em Janeiro, quando já se encontrava com o seu exército em Portugal, na cidade da Guarda. Parte depois para Celorico, passa por Miranda do Corvo, por Tomar, onde se verifica uma escaramuça com portugueses. Continua depois pela Golegã até Santarém, onde entra a 12 de Janeiro.

Em Santarém assume o governo de Portugal após ter pressionado D. Leonor Teles a ceder-lhe a regência do Reino. D. Juan I viola assim o Tratado de Salvaterra de Magos, que previa que D. Leonor se mantivesse como regente de Portugal, até que o filho de D. Beatriz atingisse os 14 anos. D. Leonor sente-se atraída, e envia recados a vários alcaides de castelos que estavam por si, referindo-lhes que não entreguem os castelos a D. Juan I de Castela.

D. Juan I passa a chamar-se abertamente Rei de Castela, de Leão, de Portugal, de Toledo e da Galiza. Manda em seguida cunhar moeda. Perante esta evolução era inevitável que a crise política iria ter uma solução militar.

Em Santarém, os castelhanos fazem desmandos, comportando-se como conquistadores. Alguns elementos de Santarém deslocam-se a Lisboa e incitam o Mestre a atacar o rei de Castela, "que eles os ajudariam". Este plano não foi aceite, pois as barcas não chegariam mais longe senão até Muge.

D. Juan I de Castela envia então um destacamento de 1000 homens a Lisboa, pretendendo dar batalha a D. João, Mestre de Avis. O Mestre de Avis decide atacar estas forças castelhanas no Lumiar. Tal não chega contudo a suceder, pois os castelhanos furtam-se ao combate, retirando-se para Alenquer e para Torres Vedras.

Em Fevereiro D. Juan I de Castela opta por não iniciar o ataque a Lisboa, e decide dirigir-se para Coimbra para tomar o Castelo.

Ao descobrir uma conspiração de D. Leonor Teles contra ele, manda prendê-la e envia-a como prisioneira para o Convento de Tordesilhas, onde permanecerá até morrer.

Também em Fevereiro são aprisionados alguns navios de abastecimento castelhanos que entram na barra, com mantimentos para a frota castelhana que julgavam já estar em Lisboa, sendo o pescado utilizado pelo Mestre para o abastecimentos da capital e para o pagamento de soldados.

No final de Fevereiro D. Juan I de Castela desiste de tomar Coimbra, e dirige-se novamente para Santarém. Em Março sai de Santarém para Arruda, onde pondera entre cercar Lisboa, ou em atacar vários castelos que estão pelo Mestre de Avis. Opta por cercar Lisboa, logo que a frota castelhana chegue.



Sendo entretanto informado de uma incursão castelhana no Alentejo, D. João nomeia, em Março, Nuno Álvares Pereira fronteiro da comarca de Entre Tejo e Guadiana, com poder absoluto, quer militar, quer económico ou político. Foi autorizado por D. João a escolher, em Lisboa, 200 cavaleiros, dos quais 40 cavaleiros da primeira nobreza, entre os quais se incluíram Rodrigo Afonso Pimentel, Diogo Lourenço, João Pires, Martim Cotrim, Fernando Martins Brandão, Gomes Martins Zagalo, Afonso Lourenço e Lopo Rodrigues Façanha. Teve também autorização para juntar á sua hoste cerca de 1.000 homens a pé. Nuno Álvares Pereira parte então para o Alentejo, sendo acompanhado por D. João até Coima, onde se despedem.

A 6 de Abril de 1384, D. Nuno Álvares Pereira chefia um pequeno exército de 1.500 homens, que derrota uma força castelhana de 5.000 homens na Herdade dos Atoleiros, junto a Fronteira. Estava provado que o exército castelhano, apesar de muito superior, não era invencível. Este facto teve um efeito moral extraordinariamente importante junto dos apoiantes de D. João Mestre de Avis.

Após a Batalha dos Atoleiros, D. Nuno Álvares Pereira desenvolve várias acções no Alentejo, fazendo inclusivamente algumas cavalgadas em Castela. D. Nuno força os castelos de Arronches e de Alegrete a tomar o partido do Mestre.

Em face da notícia de que a frota castelhana se dirigia para Lisboa, parte para o Porto, a 14 de Maio, a frota portuguesa, comandada por Gonçalo Rodrigues da Sousa. Ainda em Maio, tomam-se medidas que reforçam a capacidade de resistência de Lisboa, no campo dos abastecimentos e da fortificação militar.

A frota castelhana começa a chegar a Lisboa em 26 de Maio, e em 29 de Maio o exército castelhano fecha o cerco á cidade. O quartel general do Rei de Castela é estabelecido em Santos-o-Velho.

Também em Maio, os portuenses ameaçados de cerco pelas forças do arcebispo de Santiago, decidem oferecer batalha em campo aberto fora da cidade. Reforçados pelos elementos da esquadra portuguesa, entretanto chegada ao Porto, obrigam os castelhanos a retirar, depois de algumas escaramuças.

Domingos Peres das Eiras propõe ao Mestre de Avis que se fosse a Coimbra convidar o conde

D. Gonçalo, irmão da rainha D. Leonor Teles, para comandar a esquadra portuguesa. Com este convite pretendia-se atrair para a causa do Mestre não só D. Gonçalo, mas também outros portugueses hesitantes. O Mestre de Avis aceita que se faça o convite. Em Coimbra, D. Gonçalo responde aceitar o comando da frota portuguesa, em troca de receber as terras de sua irmã D. Leonor. Depois de obter de D. Nuno permissão, uma vez que estas terras lhe estavam prometidas, D. João concorda com a troca, obtendo assim a adesão de D. Gonçalo.

O Mestre escreve a D. Nuno para Évora, dizendo-lhe que se deslocasse com as suas gentes para o Porto para embarcar nesta frota. D. Nuno aceita, dirige-se para Coimbra e escreve para D. Gonçalo e a Rui Pereira, solicitando-lhes que o aguardem. Contudo estes, talvez por não quererem compartilhar esta grandiosa missão, não o quiseram esperar. Nuno Álvares Pereira regressa ao Alentejo, tendo um reencontro com os castelhanos na ribeira de Alapraia.

A frota portuguesa vinda do Porto, composta por 17 naus e 17 galés, enfrenta, a 18 de Julho, á entrada de Lisboa, a frota castelhana, na batalha do Tejo. A frota castelhana é composta por 61 naus, 16 galés, 1 galeota e várias carracas. Os portugueses perdem três naus e sofrem vários



prisioneiros e mortos, entre os quais Rui Pereira. A frota portuguesa consegue no entanto romper a frota castelhana, que era muito superior, e descarregar no porto de Lisboa os alimentos que trazia. Esta ajuda alimentar veio-se a revelar muito importante para a população que defendia Lisboa.

A 30 de Julho e por falta de água, Almada rende-se ao rei de Castela. No início de Agosto é descoberta uma conjura, na qual alguns portugueses abririam as portas de Lisboa aos castelhanos, no dia 15 de Agosto. A conjura é descoberta e os implicados são presos ou expulsos da cidade.

Em Agosto Nuno Álvares, que se encontra no Alentejo, conquista o castelo de Monsaraz. Posteriormente dá-se uma escaramuça entre D. Nuno Álvares, que se deslocava para Elvas e o castelhano João Rodrigues de Castanheda, nas margens do Guadiana junto a Badajoz, quando soube da presença dos castelhanos. Depois D. Nuno regressa a Elvas, onde toma conhecimento da presença de muitos castelhano no Crato, aguardando Pedro Sarmento, que por ordem de D. Juan I de Castela, saíra de Lisboa para enfrentar D. Nuno no Alentejo. D. Nuno parte então para Ponte de Sor, por Fonte da Figueira, para impedir a ligação das forças inimigas. Chegado a Avis teve conhecimento que as forças castelhanas tinham passado ali na véspera, pelo que opta por voltar a Cano e daqui a Évora. D. Nuno ordena então o seu exército no Divor para combater então os castelhanos. Estes cercam-no e não lhe dão batalha, criando uma situação muito perigosa para os portugueses. Aproveitando contudo a chuva que cai, D. Nuno rompe o cerco de noite e regressa a Évora. Perante esta situação Pedro Sarmento regressa a Almada. D. Nuno vai no encaicho de Pedro Sarmento, passa por Palmela e ataca Almada, sem sucesso. Retira para Coima e depois vai a Palmela onde, durante a noite mandou fazer uma grande fogueira na torre do Castelo, de forma a que fosse vista em Lisboa. D. João depois de ver esta fogueira, respondeu também com outra feita nos seus Paços.

A 27 de Agosto, os portugueses resistem a uma acção de surpresa dos navios castelhanos sobre o porto de Lisboa, em simultâneo com um ataque terrestre à porta de Santa Catarina. O Mestre encoraja os portugueses a lutar, combatendo ele próprio junto ao rio, onde quase morre afogado. Os portugueses conseguem resistir.

Estando a situação muito deteriorada no interior da Cidade, sobretudo por falta de mantimentos, o Mestre considera duas hipóteses: chamar Nuno Álvares Pereira e atacar em conjunto com ele as forças castelhanas, o que implicava as forças de D. Nuno atravessarem o rio em batéis; ou o Mestre abandonar a Cidade com as suas forças, atravessando o rio em galés para a margem sul, juntar-se às forças de Nuno Álvares Pereira e atacar o exército castelhano de norte para sul, depois de atravessar o rio Tejo mais a norte. D. Nuno, depois de ouvir as duas hipóteses, considerou que ambas eram arriscadas por implicarem uma travessia do Tejo frente a Lisboa, e opta por se esperar mais algum tempo. Esta posição foi comunicada ao Mestre.

Perante esta situação muito grave para os portugueses, D. Juan I de Castela decide terminar o cerco a Lisboa. Em parte pela determinação das forças portuguesas, que resistem, e por Lisboa estar bem murada e defendida, com a recente Muralha Fernandina. Mas houve contudo outra razão para esta decisão de D. Juan I, que consistiu numa epidemia de peste, que grassou entre as forças castelhanas. Na sua fase final esta peste chegou a matar 200 homens por dia. O monarca castelhano decidiu retirar-se para Castela a 3 de Setembro. A frota castelhana parte também para Castela, em 28 de Outubro.



É levada a efeito, em Lisboa, uma grandiosa procissão, na qual participa o Mestre de Avis, em acção de graças pelo sucesso da resistência de Lisboa. O Mestre de Avis é ratificado pela nobreza, clero e povo, em juramento solene, como Regedor, e Defensor dos Reinos de Portugal e do Algarve. Decide-se então pela convocação das cortes de Coimbra.

Nuno Álvares Pereira propõe ao Mestre que saíssem ao caminho do rei de Castela, atacando-o quando saísse de Santarém, em Chão de Couce, aproveitando a oportunidade de fraqueza que a sua situação lhes proporcionava. O Mestre concorda, mas o plano foi posteriormente abandonado pelo facto do rei de Castela ter partido mais cedo do que previam.

A 10 de Dezembro de 1384, o Mestre de Avis dirige-se para Torres Vedras, que cerca pois estava por D. Beatriz. Durante o cerco é descoberta uma conspiração contra a vida do Mestre, por parte do conde Gonçalo Gonçalves, D. Pedro de Castro, João Afonso Bessa e Pedro de Trastâmara. O conde Gonçalo é preso e os restantes fogem.

Afastados momentaneamente os combates com Castela, o partido do Mestre avançou, então, para a batalha política. Entre 3 de Março e 6 de Abril de 1385 reúnem-se Cortes, na cidade de Coimbra, com o objectivo principal de dar provimento às despesas de guerra e decidir a quem deveria caber o trono de Portugal. Nesta assembleia enfrentaram-se as duas correntes principais: a dos apoiantes do infante D. João de Castro e a dos apoiantes de D. João Mestre de Avis, embora também houvesse alguns que defendiam D. Juan de Castela ou Dona Beatriz. Destacou-se na argumentação utilizada o doutor João das Regras, que defendia o Mestre de Avis e que explicou detalhadamente porque razão nenhum dos restantes três pretendentes reunia as condições necessárias para ocupar o trono de Portugal. Simultaneamente, Nuno Álvares Pereira, com os seus trezentos escudeiros bem armados, contribuiu também para que as discussões não se prolongassem em demasia.

O Mestre de Avis é então proclamado, a 6 de Abril, Rei de Portugal. No dia seguinte ao encerramento destas cortes, D. João I atribui a Nuno Álvares Pereira, então com 24 anos, as funções de Condestável, ou seja, de comandante supremo do exército português.

Desde o início de Abril de 1385, a frota castelhana volta a colocar-se em frente a Lisboa, cercando a cidade. O Rei de Portugal é informado deste facto ainda em Coimbra, e envia um embaixador a Inglaterra, não só para obter o seu reconhecimento como Rei, mas para obter do rei de Inglaterra e do duque de Lencastre auxílio militar. Com o objectivo de ser reconhecido como rei, envia também embaixadores ao Papa e a todas as vilas e cidades portuguesas.

D. João I desloca-se a 15 de Abril ao Porto, onde é recebido festivamente. D. Nuno Álvares Pereira desloca-se a Neiva onde conquista o castelo. Parte em seguida para Viana do Castelo, onde ataca o castelo que se rende.

Em 8 de Maio D. João I desloca-se para Guimarães, que conquista de assalto com a ajuda de elementos que aí viviam, e cerca o castelo. O povo da cidade de Braga revolta-se quando tem conhecimento de que D. João I entrara em Guimarães. Tendo conhecimento disso, D. João I escreve a D. Nuno Álvares Pereira que estava junto ao Rio Minho, ordenando-o que fosse tomar o castelo de Braga. D. Nuno dirige-se então para Braga e cerca o castelo, que ao fim de um dia se rende.

Cerca de 13 de Maio, depois de se reunir com Nuno Álvares Pereira, em Ponte de Lima, D. João I dirige-se com D. Nuno para Braga. No dia seguinte partem os dois para Guimarães. O



O alcaide de Guimarães, depois de pedir reforços ao rei de Castela, que se encontrava em Córdoba, que lhe mandou dizer que não o podia socorrer, entrega o castelo a D. João I.

D. João I debate então, em Guimarães, com Nuno Álvares Pereira a atitude a tomar. Tem conhecimento de que D. Juan I de Castela está a cercar Elvas e que pretende depois dirigir-se para Lisboa. É também informado de que a frota castelhana já está toda em Lisboa, de tal forma que já não é possível utilizar o rio. Compreendem ambos que se se permitisse um novo cerco a Lisboa, com toda a probabilidade a cidade cairia, e com ela todo o Reino. Ambos acordam então que a melhor forma de se fazer frente ao perigo existente é o de dar batalha ao exército castelhano, ainda que este fosse de um enorme poderio como diziam.

Parte então D. João I para o Porto, com a finalidade de reunir um exército, aguardar o rei de Castela em lugar a definir, e combatê-lo.

Perante esta situação e com o objectivo de defender o direito ao trono de Portugal de sua mulher D. Beatriz, D. Juan I, rei de Castela, volta a invadir o País, pondo cerco a Elvas em 1 de Junho de 1385 e ordenando também uma invasão da Beira, com o objectivo de dividir as forças portuguesas e poder posteriormente avançar sobre Lisboa. Contudo a incursão beirã, comandada por Juan Rodriguez de Castanheda, é esmagada em S. Marcos, junto a Trancoso, naquela que ficou conhecida como a Batalha de Trancoso (travada a 29 de Maio de 1385). E Elvas resiste ao cerco. Nesta circunstância, o rei de Castela levanta o cerco ainda em Junho e desloca-se para Ciudad Rodrigo.

D. João I dirige-se em seguida, com D. Nuno Álvares, do Porto para Coimbra, e depois para Tomar, onde chegam a 14 de Junho. Daqui dirigem-se para Torres Vedras, cujo castelo está por Castela. Depois de alguns dias, passam nos arredores de Santarém, onde ocorrem escaramuças. O Tejo é atravessado a 26 de Junho, havendo uma forte escaramuça durante a travessia. O Rei dirige-se depois para Alenquer, onde assenta arraial.

Aqui tomam-se diversas decisões: Rei aguardará reforços de Lisboa, após o que se dirigirá para Abrantes; D. Nuno irá ao Alentejo reunir mais forças, juntando-se depois ao Rei em Abrantes; serão chamados os fidalgos da Beira, para participarem na batalha que se avizinha.

Terminado o Conselho, D. Nuno parte para Évora, donde escreve cartas a todos os homens de armas, peões e besteiros que cumpria levar consigo, pedindo-lhes que viessem rapidamente ter com ele, o que eles fizeram. De Évora deslocou-se a Estremoz.

Em 8 de Julho de 1385, D. Juan I, invade novamente Portugal, entrando por Almeida, com um numeroso exército onde se integram diversos nobres portugueses, seguindo depois por Trancoso, Celorico da Beira, Coimbra, Soure e Leiria. A esquadra castelhana havia entretanto cercado Lisboa por mar, desde Abril desse ano.

A 10 de Julho D. João I sai de Alenquer e dirige-se para Abrantes, onde chega a cerca de 15 de Julho. É informado de que o rei de Castela já entrou em Portugal. A 30 de Julho manda Martim Afonso de Melo a Estremoz avisar D. Nuno de que o rei de Castela já havia entrado em Portugal, pedindo-lhe que regressasse imediatamente, com as gentes que então possuísse. A 31 de Julho recebido o recado, D. Nuno levanta o acampamento e parte em direcção a Abrantes, indo pernoitar a Avis. Passa por Ponte de Sor e a 3 de Agosto chega a Abrantes.



A situação era grave pois muitos alcaides dos castelos do reino obedeciam a Castela. A 6 de Agosto, reúne-se em Abrantes o Conselho de Guerra português, com D. João I e D. Nuno. Discutem-se duas possibilidades: dar batalha ao inimigo, ou optar pela guerra de guerrilha, em face do grande número do exército castelhano. D. João I defende a segunda hipótese e propõe uma incursão em Castela através da Andaluzia, como forma de fazer regressar o exército de D. Juan I de Castela ao seu reino. Nuno Álvares Pereira opõe-se veementemente a esta opção e dispõe-se a oferecer sozinho, com os seus homens, batalha ao rei de Castela, como forma de salvar Lisboa e o reino de Portugal. Não havendo acordo dentro do Conselho de Guerra português, D. Nuno parte no dia seguinte sozinho com o seu pequeno exército para Tomar. Mais tarde, após reconsiderar a situação, D. João I muda de opinião, e com o seu próprio exército acaba por se juntar a D. Nuno Álvares Pereira em Tomar, no dia 8 de Agosto.

O Condestável manda então efectuar diversos reconhecimentos da marcha e das características do exército castelhano, entre 8 e 10 de Agosto. No dia 13 de Agosto, por ordem do rei, Nuno Álvares Pereira, com um grupo de cem cavaleiros, parte em direcção a Leiria, tentando observar o inimigo. Apesar de não o conseguir, teve oportunidade de escolher o terreno onde, no dia seguinte, se iria travar a batalha. De regresso ao arraial, comunica a opção a D. João I. No dia 14 de Agosto, Nuno Álvares Pereira coloca nesse terreno, logo pela manhã, o exército português, dando-se então a batalha de Aljubarrota.

Vale a pena, por último, destacar, como refere o Prof. José Mattoso, "que em 1385, existiam já importantes elementos de união em Portugal: o território está definido e a população, apesar de separada por vedações estatutárias e fossos étnicos, compõe uma nação, de aproximadamente 1 milhão de habitantes. A língua, o rei e toda uma teia de costumes e normas estabelecem os laços da identidade. Mas não há ainda a consciência generalizada dessa identidade. É coisa que está a cimentar-se, na solidariedade, na emulação e no perigo". Estamos assim perante um processo em curso que, dependente da evolução política e militar, se poderia ou não consolidar.

O significado único da Batalha de Aljubarrota:

Como refere João Gouveia Monteiro, a batalha ocorrida no planalto de S. Jorge no dia 14 de Agosto de 1385 constituiu um dos acontecimentos mais decisivos da História de Portugal. Sem ela, o pequeno reino português teria, muito provavelmente, sido absorvido para sempre pelo seu poderoso vizinho castelhano. Sem o seu contributo, o orgulho que temos numa história largamente centenária, configurando o estado português como uma das mais vetustas e homogêneas criações políticas do espaço europeu, não seria hoje possível. Ao vencer o seu rival castelhano naquela tarde de 14 de Agosto, o recém-eleito D. João I não só abriu as portas à Segunda Dinastia portuguesa, como também possibilitou a preparação daquela que seria a época mais brilhante da história nacional - a época dos Descobrimentos. Aljubarrota deu, portanto, directa e indirectamente, um novo contorno à história de Portugal e do próprio Mundo, cujo extraordinário significado repercutirá para sempre pelos séculos fora.

Mas, mesmo vista à sua escala medievla, a Batalha de Aljubarrota, como veremos seguidamente, não pode deixar de ser considerada uma ocorrência da maior importância política, militar e diplomática.

Assim e do ponto de vista político, a batalha decidiu - como raras vezes acontecia com as pelejas medievais - a disputa política que dividia a Península e o próprio reino de Portugal, desde Outubro de 1383. A partir de Aljubarrota, e apesar de, durante muito tempo D. Juan I



não ter perdido a ideia de regressar a Portugal para se vingar, não mais os castelhanos voltaram a ser capazes de reunir um conjunto de tropas suficiente para ameaçar a integridade territorial do pequeno reino lusitano. Na sequência de uma inteligente estratégia de pressão desenvolvida ao longo das duas décadas seguintes, Portugal acabaria por forçar a paz, assinada em Ayllón (Segóvia) a 31 de Outubro de 1411. O destino lusitano pôde, então, assumir outros contornos, esculpido, primeiro, nas praças marroquinas do Norte de África, e, mais tarde, no azul dos oceanos que conduziram à Índia e ao Brasil.

Após a vitória nos campos de Aljubarrota, o pequeno partido que à morte de D. Fernando, se agrupara em redor do Mestre de Avis, pôde, enfim, respirar fundo: logo depois da batalha, a poderosa Santarém caiu nas mãos do monarca eleito em Coimbra, seguindo-se-lhe Leiria, Óbidos, Alenquer, Vila Viçosa e, a curto prazo, todas as outras bolsas de resistência que - sobretudo no Alto Minho - mantinham a voz por D. Beatriz.

Do ponto de vista estritamente militar, a batalha de Aljubarrota configurou um dos marcos mais representativos da evolução dos sistemas e dispositivos táticos utilizados na guerra praticada no Ocidente europeu nos finais da Idade Média. Desde o triunfo da "Cavalaria Pesada", nos meados do Séc. XI, e até ao primeiro quartel do Séc. XIV, o desfecho da esmagadora maioria das batalhas campais europeias fora decidido pela capacidade ofensiva dos combatentes montados. Mas na primeira metade do Séc. XIV um novo modelo de guerra começou a impor-se. Em várias zonas da Europa - Países Baixos, Ilhas Britânicas, Suíça - ensaiaram-se novas tácticas assentes predominantemente em corpos de infantaria, que vieram demonstrar a capacidade das forças apeadas derrotarem contingentes de cavalaria, mesmo quando em situação numérica desfavorável. Estas novidades chegaram ao território francês em meados da centúria, no contexto da Guerra dos Cem Anos. Na Batalha de Crécy (travada a 26 de Agosto de 1346) e, dez anos mais tarde, em Poitiers (19 de Setembro de 1356), os exércitos ingleses envolvidos na Guerra dos Cem Anos puderam, enfim, pôr em prática, com resultados devastadores, um novo modelo tático que alteraria completamente o equilíbrio militar tradicional. Esse novo sistema assentava na combinação de corpos de homens de armas desmontados, armados com lanças, com corpos de atiradores, armados com arco ou besta posicionados nas alas (geralmente em posição levemente avançada), uns e outros defendidos por uma forte retaguarda de reserva, na maioria dos casos montada e chefiada pelo próprio rei. O segredo completava-se com uma atitude estratégica ofensiva (tomar a dianteira e escolher o terreno, provocar o adversário, precipitar o combate), sabiamente combinada com uma postura tática eminente defensiva (procurar o abrigo de obstáculos naturais, associar-lhes obstáculos artificiais por via de escavações e de empilhamento de materiais, aguardar a investida inimiga). Durante décadas, o novo sistema tático inventado pelos ingleses massacrou a numérica e militarmente muito mais poderosa cavalaria francesa, incapaz de se adaptar à nova lógica militar. Mas a experiência não decorreu apenas nos palcos da Guerra dos Cem Anos. Com efeito, em 1367, em Nájera (Navarra), e, sobretudo, em 1385, em Aljubarrota, o sistema foi também posto em prática e aperfeiçoado, com os resultados devastadores que se conhecem. O combate de S. Jorge, onde - convém não esquecer-lo - lutaram muitas centenas de homens de armas ingleses e franceses, corresponde, assim, à entrada na fase da maturidade de um novo sistema militar, ao mesmo tempo que constituiu um dos mais emblemáticos exemplos europeus da sua genialidade.

Finalmente e do ponto de vista diplomático, a Batalha de Aljubarrota privilegiou definitivamente a aliança de Portugal com Inglaterra, que se materializou no ano seguinte, em 1386, através do Tratado de Windsor. Esta aliança diplomática com Inglaterra haveria de chegar até aos nossos dias. Por outro lado, definidas as fronteiras terrestres com Castela,



e estabelecido com Castela o Acordo de Paz em 1411, ficou perfeitamente entendido em Portugal, e mesmo em Castela, que a identidade do povo português estaria definitivamente associada à independência do Reino de Portugal.

Os principais momentos da Batalha:

No dia 14 de Agosto, logo pela manhã, o exército de D. João I ocupou uma posição fortíssima no terreno, escolhida na véspera por Nuno Álvares Pereira. É a chamada "Primeira Posição", no extremo Norte do planalto de S. Jorge, controlando a estrada medieval (herdeira da via romana). A vanguarda do exército castelhano, que partira dos arrabaldes de Leiria e seguia por essa mesma via, começou a avistar o local ao final da manhã. Analisada a situação e ponderado o risco, decidiram evitar o choque com os portugueses, uma vez que isso implicaria a subida de um terreno em condições extremamente desfavoráveis. Preferiram tornar a posição portuguesa pelo lado do mar, utilizando a rede de caminhos secundários, para retomarem a via principal mais a sul, na esplanada do Chão da Feira. O exército português constituído por aproximadamente 8.000 homens de armas, moveu-se, então, uns dois quilómetros para Sul e inverteu a sua posição de batalha para ficar voltado para Sul, encarando de frente o inimigo.

Confiante na sua superioridade numérica, a hoste castelhana, admitia agora combater. Enquanto isso, o exército português tirava o máximo partido da sua nova posição no planalto de S. Jorge. A frente era bastante estreita e achava-se bordejada, a nascente e a poente, por duas linhas de água, que coincidiam com outros tantos barrancos. A espera permitira também efectuar, ou completar, uma série de fortificações acessórias, destinadas a reforçar a protecção dos flancos e a criar dificuldades ao avanço castelhano. Assim, rasgaram-se fossos e cavaram-se covas-de-lobo, que escavações arqueológicas (de Afonso do Paço, nos anos 60 do Séc. XX, e outras mais recentes) colocaram a descoberto. Cortaram-se e empilharam-se troncos de árvores, formando-se com eles "abatisses". Depois, uma grande parte deste dispositivo de defesa foi disfarçada com ervas e ramagens.

A hoste portuguesa desenhou, então, no terreno, uma espécie de quadrado. A vanguarda, comandada por Nuno Álvares Pereira, comportava homens desmontados armados com lanças. Lateralmente, e avançando em relação a esta linha, duas alas formadas por corpos de arqueiros e besteiros. Duzentos ou trezentos metros atrás da vanguarda, estava a retaguarda ou reserva, também ela apeada e comandada por D. João I. Ao fundo de tudo ficou estacionada a carriagem, ou trem de apoio. Os flancos foram forrados com tropas de composição mista.

A vanguarda castelhana, formada a uns 700 metros a Sul, incluía um grande número de "lanças" dispostas em várias fileiras. Em cada uma das alas havia centenas de cavaleiros. A retaguarda, ainda incompleta quando se iniciou o combate, reunia alguns milhares de "homens de armas", distribuídos por várias linhas.

Depois de estacionado na esplanada de Chão da Feira, o monarca castelhano reuniu o seu conselho de guerra, tendo sido defendidas duas grandes posições:

- Aqueles que defenderam que não se devia atacar, argumentando que já era tarde, as tropas estavam cansadas, não tinham comido e o inimigo encontrava-se numa boa posição. Dentro desta opção, discutem-se duas alternativas possíveis: não tomar qualquer atitude, ordenando as forças e aguardando, o que levaria os portugueses a ter de tomar a iniciativa, saindo da sua



posição e perdendo a vantagem; ou ignorar o exército português e continuar a progressão para Lisboa, que era o objectivo da expedição.

- Aqueles que defenderam que se devia atacar, resolvendo já o problema, sublinhando que seria uma grande desonra mostrar medo de tão pequeno exército. Em defesa desta opção destaca-se o nobre português D. João Afonso Telo.

Por decisão (ou como consequência de alguma indecisão que gerou desobediência), concretizou-se a opção de atacar. Seguiram-se diversos acontecimentos, dos quais podemos destacar os seguintes:

- 1.º Das 17:45 até às 18:15 - o primeiro assalto:

Enquanto D. Juan I reunia e ouvia o seu conselho de guerra, 16 trons foram instalados à frente da vanguarda do exército castelhano, a cerca de 800 metros da vanguarda do exército português. 100 metros atrás, ou seja, a 900 metros da vanguarda do exército português, estava a primeira linha da vanguarda castelhana, composta na sua grande maioria por cavaleiros franceses. Cerca de 600 metros atrás da primeira linha, estava D. Juan I de Castela, com a sua escolta. Nessa segunda linha começavam-se a estabelecer, à medida que chegavam, o resto das lanças montadas, dos peões e dos besteiros. Um pouco atrás, tinha-se montado a tenda real e algumas outras, onde se colocaram diversas bagagens.

Quando se tomou evidente que um conjunto de cavaleiros ia iniciar o ataque às posições portuguesas, os referidos trons dispararam as suas cargas (pelouros de pedra), dando início à Batalha de Aljubarrota. Um desses tiros atingiu a ala direita portuguesa, matando dois escudeiros portugueses e um arqueiro inglês. Estes tiros causaram grande consternação na hoste portuguesa, uma vez que a grande maioria dos homens de armas portugueses desconhecia esta arma. Um escudeiro português disse nesse momento: "não tenhais medo, pois eu vi os dois homens que morreram à oito dias entrarem numa igreja e matarem o clérigo que aí dizia missa. Isto significa que Deus, que nos vai dar hoje a vitória, não quer que estes dois homens nela participem, ou beneficiem da sua honra!" E todos os que isto ouviram, redobram o seu propósito de lutar contra os seus inimigos.

O Condestável português havia entretanto desmontado e, rodeado pela sua guarda pessoal de

50 escudeiros, encontrava-se junto à sua bandeira, instalada numa pequena colina, no local onde hoje se encontra a Ermida de São Jorge. A vanguarda dispunha de 600 lanças dispostas possivelmente em três fileiras, ao longo de 180 metros. A ala esquerda, a Ala dos Namorados, mais próxima do Condestável, era comandada por Mem Rodrigues de Vasconcelos e por seu irmão Rui Mendes. Esta ala, onde sobressaía uma grande bandeira verde, dispunha de aproximadamente 400 besteiros, 200 lanças e 650 homens a pé. A ala direita, que dispunha de aproximadamente 200 arqueiros ingleses, 100 besteiros, 200 lanças e 750 homens a pé, era comandada por Antão Vasques. Sobre ela pairava a bandeira de São Jorge. Os dois lados da sua saliência ocupavam 260 metros.

Poucos minutos depois, pelas 17:45 horas, a vanguarda do Rei de Castela, constituída por cerca de 2.000 cavaleiros, na sua quase totalidade tropas auxiliares francesas, iniciou o ataque. Avançando a galope, estes cavaleiros passaram a estar, a partir dos 400 metros, debaixo do alcance dos virotões dos besteiros portugueses. A menos de 300 metros passaram a receber igualmente as setas disparadas pelos arqueiros ingleses, armados com os temíveis long bows (arcos longos). Atingidos pelos virotões primeiro e depois também pelas flechas, cavalos e



cavaleiros começam a cair. À medida que a zona central do planalto foi ficando mais estreita, foram-se apertando uns contra os outros. As baixas começaram a multiplicar-se e a confusão foi alastrando. Os cavalos e cavaleiros caídos por terra e feridos arrastaram consigo outros, que caíram igualmente. Devido ao peso das suas armaduras e às feridas sofridas, os cavaleiros tinham dificuldade em se levantar. A menos de 250 metros da vanguarda portuguesa, os cavalos começaram a cair nas covas-do-lobo e nos fossos criados pelos portugueses. Os cavaleiros que mesmo assim conseguem chegar a menos de 100 metros da vanguarda portuguesa, saltando com os seus cavalos os fossos e as covas-do-lobo, estavam sujeitos a um crescente aperto, devido à existência dos abatizes que estreitavam o acesso à vanguarda portuguesa. Com falta de espaço, sujeitos aos contínuos disparos de virotões e flechas e às quedas dos seus cavalos, muitos cavaleiros desmontaram e procuram continuar a combater a pé. Contudo, além de não conseguirem romper a vanguarda portuguesa, foram sujeitos a um forte ataque dos homens de armas portugueses da vanguarda, com lanças e armas de choque.

Combatendo isoladamente do resto do exército castelhano, que ainda não tinha avançado, os cavaleiros franceses sobreviventes lutaram desesperadamente, mas acabaram por ter de se render aos portugueses. Foram então prisionados cerca de 1.000 cavaleiros franceses, que foram levados para trás da vanguarda portuguesa. Alguns começaram a negociar o resgate. A maioria aguardava a chegada do exército de Castela, confiantes que os viriam livrar do cativoiro.

- 2.º Das 18:15 até às 19:30 - o segundo assalto:

Observando, à distância, o desenrolar dos acontecimentos e tendo recebido os relatos de alguns cavaleiros franceses que tinham conseguido regressar para junto da posição castelhana, D. Juan I toma, pouco depois das 18:00 horas, conhecimento da terrível notícia. Alguns nobres castelhanos aconselham o Rei de Castela: "Meu Senhor, o sol já está posto, pelo que não devemos continuar aquela hora o combate; devemos antes esperar pelo amanhecer, e reagrupar até lá as nossas tropas, que não comeram e estão cansadas". Contudo, D. Juan I respondeu: "Quem tal conselho dá não preza a minha honra, pois nunca poderei deixar presos em mãos inimigas cavaleiros do meu exército".

Tocaram então as trombetas e os tambores muito fortemente, e ouviram-se vozes que gritavam "Por Santiago! Por Santiago!" e "A eles! A eles!". O exército castelhano iniciou pelas 18:15 horas o avanço com a sua vanguarda, alas, e retaguarda. Na primeira linha vinham cerca de 3.000 cavaleiros, na sua maioria castelhanos mas também vários nobres portugueses, entre os quais o Conde D. João Afonso de Teles, irmão de D. Leonor Teles. Estes cavaleiros avançavam organizados em três filas, cada uma com 1.000 cavaleiros. A maior parte destes cavaleiros estavam munidos de longas lanças. Numa segunda linha, algumas centenas de metros atrás, vinham cerca de 4.000 ginetes, para além de cerca de 500 besteiros castelhanos e diversos homens de armas. Com o exército castelhano avançou a bandeira do monarca castelhano, onde se viam os brasões de Castela e de Portugal, e muitas outras bandeiras e estandartes da nobreza castelhana.

Embora no início do avanço as linhas castelhanas estivessem alinhadas, depressa começaram a ter dificuldade em manter as filas paralelas, devido à configuração do planalto. As duas alas viram-se impedidas de progredir pelos flancos. A vanguarda castelhana continuou o seu avanço, e as alas, comprimindo-se, procuraram segui-la. O conjunto tornou-se primeiro convexo, e depois informe e compacto. Quando ultrapassou a linha dos 400 metros de distância das forças portuguesas, a vanguarda castelhana passou a estar também sob o efeito dos virotões



dos besteiros portugueses, provocando a queda de cavalos e cavaleiros e causando mortos e feridos. A partir de então, em face dos obstáculos artificiais que se avistavam e da falta de espaço para os cavalos poderem avançar livremente, a maioria dos cavaleiros castelhanos desmontou e tentou percorrer a pé as escassas centenas de metros que faltavam para atingir o exército português. As suas compridas lanças, que se destinavam a combate montado, seriam quebradas para se adaptarem à luta corpo a corpo que se avizinhava. Contudo, nem todos os cavaleiros castelhanos desmontaram e algumas dezenas conseguiram chegar à zona da vanguarda portuguesa.

A partir do momento em que sentem que estão debaixo dos virotões e das flechas, tanto cavaleiros como homens a pé procuram acelerar o passo. Devido à grande concentração de homens, ao progressivo estreitamento da frente de batalha e aos obstáculos artificiais existentes (covas-do-lobo e fossos) que lhes provocavam continuamente quedas, os atacantes vão-se acotovelando, tropeçando em corpos de homens estendidos no chão e vêm-se cada vez mais apertados. Devido a este estreitamento no espaço disponível para o avanço, a retaguarda castelhana estava já encostada à vanguarda castelhana, de tal forma que constituíam apenas um conjunto único de homens. Os cerca de 400 besteiros castelhanos que acompanhavam os homens de armas da vanguarda, viram-se incapazes de utilizar eficazmente as bestas, por não terem campo de tiro livre. Entretanto os homens de armas iam sendo atingidos pelas flechas e virotões dos atiradores ingleses e portugueses.

Todas estas circunstâncias fizeram com que os últimos 300 metros, antes de ser atingida a vanguarda portuguesa, fossem percorridos com um grau crescente de dificuldades. Não podendo atacar pelos flancos, dadas as duas linhas de água que torneavam o planalto, e não podendo vencer os obstáculos artificiais que se deparavam no terreno (abatises, fossos e covas-de-lobo), os castelhanos foram convergindo para o centro do planalto, convertendo-se numa massa confusa, amontoada e disforme. Perderam velocidade de progressão no terreno e o número de baixas foi aumentando. A compressão foi de tal ordem que muitos castelhanos mortos não apresentavam qualquer ferimento, tendo morrido esmagados ou sufocados.

Perante este avanço, os portugueses tocaram as suas trombetas, e a vanguarda avançou em boa ordem, passo a passo, com as lanças debaixo do braço, apontadas a direito, numa frente de aproximadamente 250 metros de largura.

Apesar da investida castelhana ter abrandado a velocidade, de ter sido encaminhada para um estreito corredor em frente do exército português, e do elevado número de baixas sofridas durante o processo de aproximação, cerca de 2.000 homens castelhanos chegou ainda com alguma força à vanguarda portuguesa, mais junto à ala esquerda portuguesa, perto da zona onde se encontrava Nuno Álvares Pereira e a sua bandeira. Deu-se então o choque com a vanguarda portuguesa, onde, num primeiro momento, cada parte procurou crivar as suas lanças nos seus inimigos. Simultaneamente, os besteiros portugueses e arqueiros ingleses continuavam a flagelar os assaltantes castelhanos. Nos intervalos dos seus lançamentos, os peões portugueses, situados atrás dos besteiros e arqueiros, arremessavam um elevado número de pedras e lanças. Nesse momento, e neste segundo assalto, já os assaltantes castelhanos tinham sofrido cerca de 3.000 feridos e mortos.

Após os momentos iniciais do choque, as lanças de ambas as partes tinham sido crivadas ou lançadas, deixando portanto de poder ser usadas. Os combatentes de ambas as partes passaram então a usar outras armas, como espadas, punhais ou machados. O combate transformou-se numa violenta luta corpo a corpo, que se prolongou por vários minutos. No meio de uma



grande gritaria de parte a parte, Nuno Álvares Pereira clamava: "Ah, portugueses, lutai por vosso rei e por vossa terra!".

Na sequência desta luta brutal, cujo barulho podia ser ouvido a longa distância, a vanguarda portuguesa acabou por ceder, abrindo a passagem a cerca de 1.500 homens de armas castelhanos. Outros castelhanos ficaram a enfrentar a parte não destruída da vanguarda portuguesa. A coluna de assaltantes que conseguiu forçar a linha de vanguarda continuou a avançar de forma desordenada, o que aumentou o atropelo. A ruptura da vanguarda portuguesa deu-se junto à ala esquerda, ou seja, a Ala dos Namorados, razão pela qual houve aí maior número de baixas portuguesas. Mem Rodrigues de Vasconcelos e seu irmão Rui Mendes, que comandavam esta ala, foram alguns dos que ficaram feridos.

Perante a ruptura da vanguarda portuguesa, as duas alas laterais recuaram, colocando-se entre a vanguarda e a retaguarda portuguesa. Com efeito, não havendo inimigos que estivessem a atacar as alas, os besteiros portugueses e os arqueiros ingleses puderam recuar e virar-se para o interior do "quadrado" português, alvejando os assaltantes castelhanos que aí haviam penetrado. O mesmo faziam os homens de armas portugueses aí situados, que atacavam os assaltantes com as suas lanças.

Contudo, este movimento das alas portuguesas não conseguiu impedir o avanço dos castelhanos. A retaguarda, onde se encontrava D. João I, obedecendo à ordem do monarca, avançou. O rei gritou: "Avante, senhores, avante! Por São Jorge e Portugal de que eu sou Rei!". Correndo para os assaltantes, a retaguarda portuguesa provocou o choque a cerca de 150 metros a norte da vanguarda portuguesa, a que se seguiu um duro combate. Os portugueses utilizaram neste combate as suas espadas, punhais e fochas. Os homens de armas portugueses da retaguarda tinham, poucos metros atrás de si, os seus pagens e tratadores com os seus cavalos à mão. Quando estes homens de armas portugueses avançaram em direcção ao inimigo, foram seguidos por eles.

Após este choque, os castelhanos deixaram de avançar. Com este movimento, que assume uma importância decisiva na batalha, os assaltantes castelhanos ficaram pressionados por vários lados pelos portugueses. Com efeito, sendo atacados violentamente por três lados, os homens de armas castelhanos sofreram significativas baixas. A norte enfrentavam a retaguarda portuguesa, com cerca de 2.000 homens de armas. A este e oeste as alas portuguesas, com cerca de 1.200 peões, besteiros e arqueiros. E a sul, cerca de 350 lanças, que haviam sobrevivido ao rompimento castelhano. É nesta fase que se dá o combate a pé entre D. João I e um cavaleiro castelhano, D. Álvaro Gonçalves de Sandoval. O Rei de Portugal, ao procurar desferir um golpe, foi derrubado e ficou privado da sua arma, uma focha. Surgiu então um cavaleiro português, D. Martim Gonçalves de Macedo que, colocando-se entre o Rei e o cavaleiro castelhano, conseguiu desferir um golpe e matar o cavaleiro castelhano, salvando a vida do rei de Portugal.

Enquanto alguns castelhanos continuavam a combater, outros, feridos e cientes do desfecho que se avizinhava, começaram a procurar fugir. A bandeira castelhana foi derrubada, o que aumentou a desorientação entre as forças de D. Juan I. Alguns fogem em direcção ao arraial castelhano e este movimento foi observado por alguns pagens portugueses, que exclamaram: "Já fogem, já fogem!". Este grito contribuiu para que os restantes sobreviventes castelhanos, cerca de 500, fugissem também.

Os portugueses conseguiram assim em primeiro lugar parar o avanço castelhano, e



posteriormente, à custa de luta corpo a corpo, empurrar progressivamente os castelhanos para sul, e depois, mesmo para fora da sua vanguarda. Este movimento fez com que muitos, recuando a lutar, caíssem na ribeira aí existente, e nos fossos construídos pelos portugueses. Isto sucedeu também com os cavaleiros castelhanos que continuaram a avançar montados, e que saltaram com os seus cavalos um fosso que existia em frente da vanguarda portuguesa. Todos foram derrubados dos cavalos, e nenhum sobreviveu. Neste aspecto, repetiu-se o que havia já sucedido com os cavaleiros franceses aquando do primeiro assalto.

Neste momento as alas portuguesas recolocaram-se na sua posição inicial, e ainda tinham alguns projecteis por utilizar. A vanguarda portuguesa, embora desfalcada, tinha conseguido restabelecer a sua frente. Mas a segunda linha castelhana, em organização ao longe, constituía uma ameaça.

Generalizou-se então a fuga dos assaltantes castelhanos em direcção ao acampamento castelhano. A segunda linha castelhana, onde estava o rei de Castela, começou a formar para iniciar o ataque à posição portuguesa. Contudo, ao deparar com um imenso pelotão de castelhanos que retrocediam, desmoralizou e acabou por não iniciar o seu ataque.

Nesta altura, peels 18:45 horas, perante o desbarato dos castelhanos, os portugueses tomaram a iniciativa. Procurando explorar o sucesso, passaram à ofensiva, gritando, e perseguindo a cavalo os adversários que tinham sobrevivido e que procuravam fugir. Este movimento de contra-ataque a cavalo, prolongou-se até à tenda Real de D. Juan de Castela, e em direcção a Leiria até à Canoeira. Foi na Canoeira que caiu em mãos portuguesas o altar de campo de rei de Castela.

Por esta altura, muitos cavaleiros castelhanos procuravam fugir, cavalgando para longe do campo de batalha. Uns largavam as suas armas para mais facilmente poderem fugir. Outros viravam as suas roupas do avesso, de forma a não poderem ser reconhecidos como castelhanos. Muitos, com medo, saíam das estradas e metiam-se no mato, acabando por se perder.

3.º Das 19:00 até às 19:45 - o assalto à carriagem portuguesa:

A ala esquerda castelhana, chefiada por Don Gonçalo Nunes de Gusmão, composta por aproximadamente 700 cavaleiros, havia desde o início deste segundo assalto avançado pela zona do Tojal, contornando a ala esquerda do exército português. Vendo que o ataque frontal ao exército português não era possível, em face do Vale da Mata que tinha diante de si e que torneava a ala esquerda portuguesa, optou por avançar mais pela direita, longe do exército português. Mais a norte, tendo já contornado completamente o exército português, subiu ao planalto de São Jorge, inflectiu para sul, e atacou a carriagem portuguesa. Este ataque verificou-se aproximadamente no momento em que se iniciava o contra ataque português à tenda real de Castela.

Don Gonçalo Nunes de Gusmão contava que o assalto do exército castelhano à vanguarda portuguesa durasse bastante mais tempo de que sucedeu, pelo que, ao atacar a carriagem portuguesa, submeteria o exército português a dois ataques simultâneos, um na vanguarda, outro na retaguarda. Contudo, o seu ataque ocorreu quando o ataque castelhano à vanguarda portuguesa já havia terminado, cerca das 19:00 horas, e quando muitos castelhanos já procuravam fugir. Não deixou contudo de ser um ataque violento, que se traduziu em várias investidas na zona da carriagem. A carriagem portuguesa era defendida por homens a pé e besteiros, que entrincheirados por detrás das bagagens, de carroças derrubadas e de outros



obstáculos artificiais que conseguiram utilizar, atiravam pedras, lanças e disparavam virotões. Sabendo que o ataque principal castelhano já tinha sido repellido, e que não tardariam a chegar reforços, os portugueses aquentaram estes ataques, embora em grande dificuldade.

Perante a situação difícil em que se encontrava a carriagem portuguesa, D. João I avisou D. Nuno Álvares Pereira, dizendo-lhe que socorresse imediatamente aqueles portugueses. Estando cansado e não dispondo de cavalo, temeu em não conseguir chegar a tempo, uma vez que a carriagem se situava cerca de 350 metros a norte. Valeu-lhe então o comendador-mor Pêro Botelho que, estando montado, se apeou e cedeu o cavalo ao condestável. Quando D. Nuno aí chegou, acompanhado por outros homens de armas portugueses, exortou os portugueses que defendiam essa posição, dando-lhes palavras de incentivo. Em face disto, a peonagem portuguesa ganhou novo alento e resistiu enquanto que os ginetes castelhanos, ao verem que o Condestável português se apresentara com reforços, acabaram por desistir do ataque.

- 4.º A partir das 19:15 – a retirada de D. Juan I de Castela:

Perante a debandada geral castelhana, os homens da guarda de D. Juan I colocaram o monarca doente num cavalo e, com uma escolta de cem cavaleiros, abandonaram o campo de Aljubarrota dirigindo-se para Santarém, evitando que o monarca castelhano caísse prisioneiro. Um jovem nobre português, Vasco Martins, que havia jurado matar o monarca castelhano, montou também num cavalo e conseguiu ao fim de alguns quilómetros misturar-se com os cavaleiros castelhanos que acompanhavam D. Juan. Contudo a cruz de São Jorge, que trazia na sua roupa, denunciou-o, sendo então morto pelos cavaleiros castelhanos.

Don Juan de Castela chegou a Santarém cerca da meia-noite, doente, exausto e desesperado. Embarcou nessa mesma noite em direcção a Lisboa, onde chegou no dia seguinte, 15 de Agosto, onde embarcou na sua frota seguindo, por mar e em segurança, até Sevilha.

Perante a debandada geral do exército castelhano segue-se uma curta, mas devastadora perseguição portuguesa durante o final da tarde. O escudeiro inglês Harteaele discutiu com D. João I, pedindo cavalos para que os cavaleiros portugueses pudessem perseguir os fugitivos. O Rei recusou, pois era tarde e o inimigo ainda era muito poderoso, referindo: "Quem tudo quer tudo perde. Agradeçam a Deus que nos deu a honra e a vitória".

O exército castelhano precipitou-se numa fuga desorganizada. Até à manhã do dia seguinte, milhares de castelhanos em fuga foram chacinados por populares nas imediações do campo de batalha e nas aldeias vizinhas. O restante das forças franco-castelhanas saiu de Portugal uma parte passando por Santarém e depois por Badajoz, outra rumando a Norte e Leste, através da Beira.

No campo de batalha, as baixas portuguesas foram cerca de 1000 mortos, enquanto no exército castelhano se situaram em aproximadamente 4000 mortos e 5000 prisioneiros. Fora do campo da batalha, terão sido mortos nos dias seguintes pela população portuguesa, cerca de 5000 homens de armas castelhanos, em fuga. Não apenas pelo desfecho da Batalha, mas também pelo número de mortes verificado entre os seus nobres e homens de armas, Castela mergulhou num luto profundo até ao Natal de 1387.

Consequências da Batalha de Aljubarrota:



Embora o tratado de paz final com Castela só tenha sido assinado em 1411, em Ayllón (Segóvia), o desenlace da batalha de Aljubarrota foi uma pedra angular na garantia da independência do reino de Portugal, tornando possível o desenvolvimento de fenómenos inovadores, na vida colectiva do País:

Em primeiro lugar, frustrando as pretensões do rei de Castela ao trono português, Aljubarrota evitou, muito provavelmente, que Portugal fosse absorvido para sempre pelo seu poderoso vizinho castelhano. Nos campos de Aljubarrota assegurou-se a independência de Portugal e sancionou-se a legitimidade da Segunda Dinastia, a Dinastia de Avis.

Em segundo lugar, sem Aljubarrota o orgulho que temos numa história largamente centenária, configurando o estado português como uma das mais vetustas e homogêneas criações políticas do espaço europeu, não seria hoje possível.

Em terceiro lugar, tornou-se possível o estabelecimento de um novo tratado de aliança luso-britânico, que foi assinado em Windsor em Maio de 1386. Em consequência desse Tratado, D. João I recebeu por esposa D. Filipa de Lencastre, filha do Duque de Lencastre, concretizando a união entre as casas reais portuguesa e inglesa.

Em quarto lugar, Portugal suspendeu, no essencial, o objectivo de expansão para norte e para leste, à custa de Castela, que tinha sido alimentado nos conflitos fernandinos. A circunstância da paz com Castela permitiu uma relativa estabilização das fronteiras terrestres de Portugal.

Em quinto lugar, resolvido o problema militar e de independência com Castela, o País pôde reorientar as suas prioridades. Poucos anos depois de firmada a paz definitiva com Castela iniciava-se a primeira etapa da expansão marítima, com a conquista de Ceuta em 1415. Portugal iniciava a Época dos Descobrimentos Marítimos, onde conheceu algumas das páginas mais brilhantes da sua História.

Em conclusão, a Batalha de Aljubarrota proporcionou definitivamente a consolidação da identidade nacional, que até então se encontrava apenas em formação, e permitiu às gerações futuras portuguesas a possibilidade de se afirmarem como nação livre e independente.



The background of the cover is a textured, blue-grey surface with a cracked, stone-like appearance. On the left side, there are several horizontal, rectangular strips of aged, yellowish-brown parchment or leather, some with dark stains and frayed edges, suggesting a historical or medieval theme.

MEDIEVAL

Today

Isabel Baltazar



Isabel Baltazar, fotografa/
colaboradora da Revista
Medieval Today. Próxima do
Grupo de Dança Oriental Al-
Nawar , tem apresentado
fotografias e instantâneos
espetaculares de elementos
deste grupo !



IB

DREAM LIFE PHOTO





IB

DURAK LIFE PHOTO





IB

DREAM LIFE PHOTO

IB

DREAM LIFE PHOTO





IB

DREAM LIFE PHOTO



IB

DREAM LIFE PHOTO

The background of the cover is a textured, blue-grey surface with a cracked, stone-like appearance. On the left side, there are several horizontal, rectangular pieces of aged, yellowish-brown parchment or leather, some overlapping and some with dark stains, suggesting a historical or medieval theme.

MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL

Today

MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL Today



MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL

Today

All rights reserved ©

Feira Templaria

ARCAEDITORIA

PHOTOGRAPHY AND DIGITAL ART

T o m a r

MEDIEVAL

Today





MEDIEVAL
Today



Isa

Carumpo
Fotografatia



MEDIEVAL
Today



MEDIEVAL
Today





MEDIEVAL
Today



MEDIAVAL
Today



MEDIEVAL
Today



MEDIEVAL
Today



MEDIEVAL
today







FESTIVAL
Today





MEDIEVAL
Today



MEDIEVAL
today



MEDIEVAL
Today





MEDIAVAL
Today



MEDIEVAL
Today





MEDIEVAL
Today



FIEDI VAI
today



MEDIEVAL
Today



MEDIEVAL
Today



MEDIEVAL
Today



MEDIEVAL
Today



MEDIEVAL
Today



MEDIEVAL
today



MEDIEVAL
Today








Oriental DANCE

arcaeditora
Fotografia
Eventos
Espetaculos
Sessoes
Posters

*The 'open Stage' show
Directed by:*

Asyul Najima





O que me guia na minha Dança...?

-Guia-me o que aprendi com Outras, com os meus estudos, formações , leituras e viagens.
Guia-me o meu Sentir, guia-me um sussurro distante vindo de tempos que não alcanço sem ser a Dançar.

O que precisamos de saber para entrar na Dança Oriental?

- Não há idade, nem cor de pele, nem forma de corpo, nem altura definida.

No dia que a vossa Dança for definida por estes parâmetros... então não é a essência sacral da Dança Oriental que procuram mas sim outra coisa qualquer.

Há que treinar, estudar, ter paciência, respeitar professores e mestres, e todas as outras bailarinas; estudar as várias facetas e técnicas da Dança, mas também Percussão e História.

Há que ser humilde e honesta, não deixar que estrelatos breves tornem a bailarina arrogante e convencida.

A Dança irá refletir tais sentimentos. Assim, competição não deve fazer parte da Dança Oriental. Isso é banalizar algo especial e transformar o que deve ser um oásis de felicidade e bem estar num vulgar desfile de egos e nervos.

- Há que aceitar que cada dia somos uma bailarina diferente e que precisamos de continuar a aprender durante toda a vida.

-Há-que distinguir sensualidade de sexualidade. Sensualidade faz parte do movimento corporal quotidiano.

Sexualidade é algo privado. O bom senso da bailarina deve falar mais alto e faze-la distinguir uma coisa da outra.

Ou então escolher conscientemente o que se quer partilhar mas sem cair em vulgaridades e estereótipos.

Depois...há que Dançar com tudo o que temos ...ossos, músculos, articulações... mas igualmente, sentimentos espelhados

e...Alma. Toda a nossa Alma e paixão pela Dança, partilha generosa de Luz com as nossas Irmãs na Dança e com quem nos vê dançar.

por
ASYUC
WAGIMIN

Asyul Najima

Aulas e Eventos

Dança Oriental
Fusão Tribal
Fusão Cigana



<https://www.facebook.com/asyul.najima>

a.asyul@gmail.com

O Que é a Lepra?

A lepra é uma doença transmissível causada por uma bactéria.

Afecta maioritariamente a pele e os nervos.

Ela progride lentamente com uma média de período de incubação de 3 anos.

A lepra pode afectar todas as idades e ambos os sexos.

A lepra pode ser curada. A MDT mata a bactéria e pára a transmissão da doença.

O doente de lepra pode levar uma vida completamente normal.

Quando detectado cedo e tratado com MDT, a lepra não deixará deformidades.



O melhor caminho para prevenir a expansão da lepra é tratar todos os doentes com MDT.



Os doentes podem levar uma vida completamente normal.

Como Diagnosticar a Lepra

Sinais da Lepra

Um doente de lepra é alguém que:
tem uma mancha ou manchas na pele com clara perda de sensibilidade;
e que não fez um tratamento completo com multi-drogaterapia.

Manchas da lepra:

Podem ser hipopigmentadas, avermelhadas ou da cor do cobre;
Podem ser planas ou elevadas;
Não dão comichão;
Normalmente não doem;
Apresentam falta de sensibilidade ao calor, tacto ou dor;
Podem aparecer em qualquer parte do corpo.

Outros sinais de lepra incluem:

Nódulos avermelhados ou da cor da pele.
Infiltração difusa e brilhante da pele, sem perda de sensibilidade.



Manchas de lepra ...

**...podem ser hipopigmentadas,
avermelhadas
ou cor de cobre.**

...podem ser planas ou elevadas.



Manchas da lepra...

...podem aparecer em qualquer parte do corpo.



...geralmente não doem.



... não dão comichão.



...falta de sensibilidade ao calor, toque ou dor.

A lepra pode ser diagnosticada apenas pelos sinais clínicos.



Que Outros Sinais Não São Lepra?

Manchas na pele...

- ... aquelas que apresentam sensibilidade normal;
- ... as que existem no corpo desde o nascimento;
- ... as pruriginosas;
- ... as que são brancas, escuras, avermelhadas ou cor de prata;
- ... com escamas na pele;
- ... as que aparecem ou desaparecem de repente e se espalham rapidamente.



Como Examinar um Doente de Lepra

Examinar a pele à luz do dia ou numa sala bem iluminada.

Examinar todo o corpo, não descurando a privacidade do doente.

Perguntar ao doente se as manchas dão comichão. Se disser que sim, não é lepra.

Testar a perda de sensibilidade em apenas uma ou duas manchas da pele.

Se existir uma clara perda de sensibilidade, é lepra.

Perguntar sobre tratamentos recebidos no passado.

Uma pessoa que completou o tratamento com MDT não precisa de tratamento adicional.

Procurar qualquer deformidade visível nos olhos, face, mãos e pés.

Quando existirem dúvidas acerca do diagnóstico, encaminhar sempre o doente para o centro de referência mais próximo.

Se suspeitar de lepra sem perda de sensibilidade ou se tiver dúvidas, por favor transfira para o centro de referência.

Como Testar a Perda de Sensibilidade

Pegue num objecto pontiagudo, por exemplo, uma esferográfica.

Mostrar ao doente o que vai fazer.

Tocar ligeiramente a pele com a esferográfica.

Pedir ao paciente que aponte o local onde sentiu o toque da esferográfica.

Depois pedir ao paciente que feche os olhos, de modo a não observar o que se vai fazer.

Agora tocar ligeiramente o centro da mancha da pele mais elevado, e pedir-lhe que indique o local onde sentiu a esferográfica.

Repetir o procedimento na pele normal, e depois na mesma mancha anterior.

Se a pessoa não tem sensibilidade na lesão da pele, trata-se de lepra. Inicie o tratamento imediatamente.



De uma maneira geral a lepra não deverá ser diagnosticada sem uma clara perda de sensibilidade.

O Estigma do Pecado: A Lepra durante a Idade Média

PAULO GABRIEL HILU DA ROCHA PINTO*

Introdução

A história do caminho percorrido pela epidemia da lepra e pelos leprosos durante o período medieval constitui um objeto privilegiado para o estudo do impacto de uma doença¹ sobre determinada sociedade e dos mecanismos sociais envolvidos na sua percepção, delimitação e destino. As doenças nos permitem explicitar tanto as estruturas das sociedades em geral, quanto as dos saberes que elas produzem e que permitem elaborar uma resposta ao desafio trazido. Assim, é possível afirmar que “a doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e as tensões que o traspassam”.²

Tais considerações são perfeitamente aplicáveis à lepra na Idade Média, pois, apesar de conhecida anteriormente, é nesse período histórico que ela vai se instalar como uma endemia na Europa. O seu caráter de doença crônica, incurável, constantemente presente, oposto ao da peste — outro grande desafio

* Bacharel e licenciado em História pela UFF, médico formado pela UFRJ, mestrando em Saúde Coletiva no IMS/UERJ.

1. Apesar de a considerarmos válida, não utilizaremos aqui a distinção que Rodney M. Coe faz entre *enfermidade*, “processo biológico, cujo resultado é um estado físico alterado do indivíduo”, e *doença*, “avaliação subjetiva, pelo indivíduo, de que algo ruim o acomete como indivíduo [...] sob a forma de uma redução de sua capacidade para realizar as funções sociais”, uma vez que ela não atende aos objetivos deste texto. Ver R. M. Coe, *Sociologia de la Medicina*, Madri, Alianza, 1973, p. 140.
2. J. Revel e J. P. Peter, “O Corpo: O Homem Doente e sua História”, in J. Le Goff e P. Nora, eds., *História: Novos Objetos*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 144.

biológico enfrentado pela sociedade medieval —, que atacava em surtos e conduzia rapidamente suas vítimas à morte, exigia medidas permanentes por parte de uma sociedade que, desde o século X, se fechara diante da alteridade individual ou social.³ As deformidades físicas causadas pela lepra chocavam o homem medieval, para quem o corpo nada mais era do que um reflexo do espírito.

Os dispositivos que a Idade Média criou para superar a desestruturação trazida pelo advento da lepra, entre eles a exclusão dos leprosos do convívio social mediante confinamento, despertavam, ao mesmo tempo, medo e ódio, mas tiveram um enorme sucesso e sobreviveram, com inúmeras modificações, é claro, à própria ameaça da doença na Europa. Esses dispositivos foram incorporados pela civilização ocidental, passando a fazer parte de sua história.

A doença e sua evolução no Ocidente

A lepra é uma doença contagiosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, também conhecido como Bacilo de Hansen. Suas manifestações clínicas reparam-se entre dois pólos: a lepra *tuberculóide nodular* e a lepra *lepromatosa* ou *virchowiana*, existindo ainda, em um estágio intermediário, a forma *indeterminada*, que mistura os sintomas das duas anteriores e pode evoluir para qualquer uma delas. A transmissão da lepra se dá, principalmente, por via respiratória, mediante contato com pessoas portadoras do bacilo, dependendo o desenvolvimento da doença da suscetibilidade da pessoa infectada.

Os sintomas consistem em uma enorme variedade de lesões cutâneas e nos nervos periféricos, porém o sintoma inicial geralmente verificável é uma mancha hipopigmentada na pele com a diminuição da sensibilidade tátil. A forma tuberculóide apresenta uma única placa ou mancha na pele e o espessamento do nervo acometido. Já a forma lepromatosa se manifesta por meio de sintomas bastante visíveis: a pele e as narinas se tornam espessas, as orelhas apresentam nodosidades, os pelos das sobrancelhas, assim como das regiões acometidas, caem, a voz torna-se rouca, há atrofia muscular e a mão se paralisa em garra. Até este século a lepra era uma doença incurável.

A partir de seus antigos focos no Oriente Próximo, a lepra atinge a Europa por intermédio das tropas romanas que retornam do Egito no ano 61 a.C. No entanto, como se pode depreender de registros escritos e arqueológicos,⁴ ela só

3. G. Duby, *O Ano Mil*, Lisboa, Ed. 70, 1986, pp. 145-51.

4. F. Béniac, "O Medo da Lepra", in J. Le Goff, org., *As Doenças Têm História*, Lisboa, Terramar, s/d, pp. 127-8.

se instalou como endemia significativa a partir dos séculos VI e VII, ou seja, em plena Alta Idade Média. Isto significa que, ao contrário do que ocorreu com outras doenças, os homens medievais tiveram pouca influência do saber e das representações que a Antiguidade tinha a respeito da lepra — uma vez que ela era muito mais rara então —, tendo de desenvolver mecanismos próprios para lidar com ela. Os poderes públicos da época — a Igreja e a realeza — não tardam em mostrar preocupação com a questão: um Concílio de 549 a.D. e um texto legislativo lombardo de 635-652 a.D. já se referiam aos leprosos.

A endemia permanece em níveis estáveis até o século XII quando, devido às Cruzadas, ocorrem os grandes deslocamentos populacionais para a conquista do Oriente islâmico e o seu subsequente recuo em face da derrota imposta pelos árabes aos exércitos europeus. Esse contato com os focos de lepra do Oriente Médio levou a um grande aumento da sua incidência nos séculos XII e XIII.⁵ Para tanto, também contribuíram a crescente urbanização e o desenvolvimento do comércio nesse período, uma vez que aumentaram os deslocamentos e a concentração populacionais.⁶ Toda a sociedade é atingida pelo recrudescimento da doença, que faz suas vítimas até nos seus mais altos estratos (o rei de Jerusalém, Balduíno III, morto em 1183, foi a sua vítima mais ilustre).

No entanto, a partir do século XIV, a lepra começa a recuar na Europa e, já no século XV, ela praticamente desaparece do Continente. As causas de tal fenômeno — bastante surpreendente se lembrarmos que não existia nenhuma medida terapêutica e a Medicina se declarava impotente diante da doença — são várias, porém as principais foram a segregação imposta aos leprosos e o fim dos grandes deslocamentos populacionais vindos do Mediterrâneo Oriental.⁷ Outros fatores também concorreram, como o declínio da densidade populacional causado pela Peste Negra de 1348, a qual foi especialmente devastadora no universo fechado e pouco higiênico dos leprosários.⁸

A medicina medieval e a determinação da doença

A Medicina na Alta Idade Média (séculos VI ao XI) sofreu um recuo em relação àquela existente na Antiguidade: a maioria dos textos médicos se perdeu e o estudo de anatomia pela dissecação foi proibido pela Igreja. Apenas parte

5. A. T. Sousa, *Curso de História da Medicina*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, p. 240.

6. F. Béniac, "O Medo...", *op. cit.*, p. 129.

7. M. Foucault, *História da Loucura*, São Paulo, Perspectiva, 1987, pp. 5-6.

8. A. T. Sousa, *Curso de ...*, *op. cit.*, p. 241.

dos tratados hipocráticos era então conhecida e a prática médica era feita principalmente pelos monges, a classe letrada da época. Além disso, o recurso a curas mágicas ou milagrosas era corrente, como não deixará de ser até os tempos modernos.⁹

Com a reconquista da Sicília e de partes da Espanha muçulmana, o Ocidente medieval pôde entrar em contato com a ciência árabe, que se baseava tanto em experiências próprias, quanto em textos gregos traduzidos para o árabe. No campo da Medicina, a cristandade ocidental passou a conhecer a totalidade das obras de médicos gregos, como Hipócrates e Galeno, além das de autores de língua árabe, como Avicena, Avenzoar e Maimônides.

Esse novo saber que a sociedade medieval passou a ter em mãos causou em seu interior profundas modificações intelectuais. No século XI organizou-se na cidade italiana de Salerno uma Escola de Medicina, a primeira da Europa cristã, à qual se deve a introdução da Medicina árabe no Ocidente.¹⁰ O ensino nessa Escola tinha um caráter eminentemente prático, sendo ali desenvolvido um método diagnóstico — difundido por todo o Ocidente medieval — elaborado a partir do exame da urina do doente.¹¹ Com a criação das universidades européias a partir do século XII, a Escola de Salerno entra em declínio, e a Universidade de Montpellier, na França, passa a ser o centro do ensino da Medicina.

O conhecimento médico sobre a lepra sofreu uma evolução considerável com a revolução intelectual que levou à criação das universidades no Ocidente medieval. Este avanço ocorreu, menos em função do conhecimento herdado da Antiguidade, que das novas formas de observação empírica e de sistematização do conhecimento. Os médicos gregos descreviam a lepra, a qual denominavam “elefantíase”, de forma muito superficial. Foi a partir do século XIII, com a incorporação das contribuições dos médicos árabes — que descobriram as placas de insensibilidade na pele — e com a observação de casos concretos, que o caráter polimorfo da lepra, com seus diversos sintomas, pôde ser compreendido e coerentemente descrito pelos médicos de então.¹²

No entanto, a maior exatidão na descrição da enfermidade não se fez acompanhar de um conhecimento mais profundo de suas causas. Os médicos medievais consideravam a lepra simultaneamente uma doença contagiosa e hereditária, ou oriunda de uma relação sexual consumada durante a menstrua-

9. M. Rouche, “Alta Idade Média Ocidental”, in *História da Vida Privada*, Lisboa, Afrontamento, 1989, vol. 1, pp. 441-2.

10. A. T. Sousa, *Curso de ...*, op. cit., p. 177.

11. *Idem*, pp. 184-6.

12. F. Bénéjac, “O Medo...”, op. cit., pp. 130-1.

ção, período em que a mulher era considerada impura na tradição judaico-cristã. Isto pode ser verificado no tratado *O Lírio da Medicina*, escrito em 1305 por Bernard de Gordon, professor em Montpellier:

“O homem é leproso *ab utero* ou depois do nascimento *ab utero* porque é engendrado durante as menstruações ou porque é filho de leproso, ou porque um leproso conheceu uma mulher grávida, e então a criança será leprosa, a lepra advém destas graves deficiências de geração. Depois do nascimento, talvez devido a um ar malévolu ou pestilento ou devido à ingestão de alimentos suspeitos [...] ou por se ter estado com leproso”.¹³

Fora do universo médico, nos meios populares, também havia crenças que associavam a lepra a uma concepção impura ou pecaminosa, realizada durante os períodos de abstinência sexual impostos pela Igreja.¹⁴

A ampliação do saber médico sobre a lepra não criou medidas próprias para lidar com a mesma. Uma vez que a Medicina não conseguiu estabelecer nenhuma ação terapêutica, simplesmente se mantiveram os dispositivos já existentes, como a segregação dos leproso. Além disso, no período histórico em questão, o saber médico estava longe de ter hegemonia sobre a determinação das causas ou o encaminhamento de soluções para as doenças.

Em uma época em que as doenças e as deficiências físicas eram consideradas sinais exteriores do pecado, causadas pela punição divina, era de se esperar que a Igreja tivesse grande domínio sobre elas. Assim, competia às autoridades eclesíásticas considerarem uma pessoa leprosa ou não.¹⁵ Em algumas regiões da Europa o suspeito de ter lepra passava por um verdadeiro processo — afinal, se ele tinha sido condenado por Deus, também deveria sê-lo pelos homens —, no qual um júri de leproso, supostos conhecedores da doença, decidia se ele de fato tinha ou não a enfermidade.¹⁶ Somente no século XV, médicos, barbeiros ou cirurgiões passaram a ser ouvidos regularmente para confirmar ou não a doença. No entanto, apesar dos novos conhecimentos, o exame era muito superficial, limitando-se ao rosto e às mãos, o que permitia a classificação equivocada, como leproso, de portadores de diversas doenças com manifestações dermatológicas.

Representações sociais da lepra

Como já vimos, a sociedade medieval atribuía às doenças causas metafísicas, como a punição dos pecados. Esta concepção se aliava aos tabus que existiam

13. *Apud* F. Béniac, “O Medo...”, *op. cit.*, p. 132.

14. F. Béniac, “O Medo...”, *op. cit.*, p. 133.

15. A. T. Sousa, *Curso de ...*, *op. cit.*, p. 241.

16. F. Béniac, “O Medo...”, *op. cit.*, p. 132.

em relação a tudo que colocasse em ação as noções de “corporal” ou “carnal”.¹⁷ No caso da lepra isto se revestia de um significado específico, uma vez que ela já aparecia citada na tradução grega da Bíblia — o texto de referência da consciência medieval — como punição divina. A decadência física que a enfermidade acarretava aparecia aos olhos dos homens da Idade Média como uma manifestação da deformação da alma, da falta contra as leis divinas. Uma lenda medieval dizia que o imperador romano Constantino teria ficado leproso após perseguir os cristãos, sendo curado ao se converter ao cristianismo.

Além disso, atos hediondos eram atribuídos aos leprosos, uma vez que a sua alma também estaria corrompida. A mesma lenda sobre Constantino afirmava que eles tomavam banhos de sangue humano para curar suas chagas. Alguns remédios à base de serpentes — que punham em jogo a similaridade mágica, sugerindo que os leprosos poderiam trocar de pele como esses répteis —, que a medicina grega apresentava, associavam as vítimas da doença a um animal considerado demoníaco na tradição judaico-cristã.¹⁸ A eles também eram atribuídos desregramentos sexuais e atos conspiratórios contra o restante da sociedade, suspeitas que se estendiam à sua descendência, uma vez que se considerava a lepra como hereditária.¹⁹

A sociedade medieval encarava os leprosos com medo, desconfiança e, sem dúvida, ódio; o contato com eles era indesejado e a lepra era vista como a pior das desgraças possíveis. Na versão de Béroul do romance *Tristão e Isolda*, escrita no final do século XII, o rei Marcos é convencido a entregar Isolda, culpada de adultério, a um grupo de leprosos, pois este seria um castigo pior que a morte na fogueira, uma vez que duraria muito mais. O chefe dos leprosos diz ao rei:

“Senhor, dir-te-ei então rapidamente o que penso. Vê, tenho aqui cem companheiros. Dá-nos Isolda e que ela nos pertença a todos! A doença excita-nos o desejo. Dá-a aos teus leprosos. Nunca uma dama terá tido pior fim. Vê, nossos farrapos estão colados às nossas chagas supurantes. Ela que junto a ti gozava os ricos tecidos forrados de peles, as jóias, as salas revestidas de mármore, ela que gozava os bons vinhos, as honrarias, a alegria, quando vir a corte dos seus leprosos, quando tiver de entrar nos nossos tugúrios e deitar-se conosco então Isolda a Bela, a Loura, reconhecerá o seu pecado e terá saudades desta bela fogueira de espinhos!”²⁰

Fica bem clara a oposição entre o horror da lepra e as delícias da vida na corte. A própria Isolda vai implorar, em vão, que a queimem, e a audiência, mesmo

17. B. Geremek, “Le Marginal”, in J. Le Goff, org., *L’Homme Médiéval*, Paris, Seuil, 1989, p. 407.

18. F. Bénéjac, “O Medo...”, *op. cit.*, p. 135.

19. B. Geremek, “Le Marginal...”, *op. cit.*, p. 407.

20. *Apud* J. Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Lisboa, Estampa, 1984, vol. 2, p. 77.

sabendo-a culpada, teve piedade dela, mostrando que a vida desonrosa do leproso era mais temida que a própria morte.

Em um contexto menos literário temos uma célebre passagem escrita no século XIII por Joinville, biógrafo de São Luís. O texto é construído de forma a sublinhar a oposição entre o homem comum, com seus defeitos e qualidades, e a figura extraordinária do santo. Nesta passagem o rei-santo se dirige ao biógrafo da seguinte forma: “Agora eu te pergunto, disse ele, o que você preferiria: ser leproso ou ter cometido um pecado mortal?”, ao que o outro responde: “E eu, que nunca lhe menti, lhe respondi que preferiria ter cometido trinta do que ser leproso”. O relato segue com uma repreensão feita por São Luís a Joinville, na qual ele afirma que o pecado mortal é mais terrível que a lepra, pois o corpo é curado desta pela morte, enquanto que a alma só se curaria com o perdão divino.²¹ Vemos neste diálogo que a lepra e o pecado mortal eram considerados os piores males que poderiam atingir respectivamente o corpo e a alma. A opinião expressa por Joinville, que prefere a danação da alma (assunto seríssimo para o homem medieval, que não hesitava em morrer ou renunciar a tudo para a sua salvação) à lepra, pode ser tomada como corriqueira, pois era de seu interesse que os leitores se identificassem com ela para que se admirassem com a nobreza espiritual de São Luís. Quanto à deste último, embora seja seguramente excepcional, ela nos lembra outra atitude que os homens medievais apresentavam diante da lepra: a piedade.

A lepra também aparecia na Bíblia, nas histórias de sofredores inocentes — Jô, Lázaro e os leprosos que Cristo purificou —, como sinal de redenção e não de castigo. Assim, a caridade em relação aos leprosos era estimulada pela mesma consciência cristã que os repelia como condenados. Esta atitude ambígua marcava a relação da sociedade medieval com aqueles por ela excluídos, pois ela:

“Parece detestá-los e admirá-los, tem medo deles num misto de atração e horror. Conserva-os à distância mas fixa esta distância muito curta, para poder tê-los ao seu alcance. Aquilo que esta sociedade designa por caridade para com eles assemelha-se à atitude do gato para com o rato. Assim, as leprosarias, que deviam estar ‘à distância de uma pedrada da cidade’ a fim de a ‘caridade fraternal’ poder ser exercida. A sociedade medieval tem necessidade destes párias, afastados porque perigosos, mas visíveis, pois ela forja, mediante cuidados que lhes dedica, a sua boa consciência e, ainda mais, projeta e fixa magicamente neles todos os males que de si afasta”.²²

Entre a compaixão e a exclusão, a posição social do leproso contribuía para que prevalecesse um dos dois sentimentos. Leprosos poderosos, como o rei Balduí-

21. *Apud* A. Lagarde e L. Michard, *Moyer Âge*, Paris, Bordas, 1975, pp. 124-5.

22. J. Le Goff, *A Civilização...*, *op. cit.*, pp. 76-7.

no III, nunca foram incomodados, permanecendo em seu meio social; já aqueles menos abastados eram condenados à marginalidade, na mendicância ou nos leprosários.

Segregação e estatuto jurídico

A segregação das vítimas da lepra parece datar do início da epidemia na Europa. Os textos nos mostram, já no século IV, os leprosos da Gália vivendo à parte. No decorrer da Idade Média esses doentes criam agrupamentos espontâneos que, pouco a pouco, se institucionalizam com a posse de imóveis e a concessão de uma capela.²³ No período entre os séculos XI e XIII, os leprosários se multiplicam por toda a Europa, chegando a existir cerca de 19 mil estabelecimentos.²⁴

Os leprosários contavam com a caridade dos habitantes das cidades e dos poderosos, chegando alguns a possuir fortunas consideráveis. A admissão em um leprosário rico e bem organizado representava um privilégio: a certeza de não morrer de fome. Nesse contexto, algumas cidades reservavam os leprosários aos seus burgueses, e outros, como o de Bruxelas, cobravam altas taxas de admissão.²⁵ Aqueles que não conseguiam ter acesso a essas instituições estavam condenados à vida errante da mendicância e da marginalidade.

A organização interna dos leprosários variava muito, e em alguns deles os doentes viviam sob a direção de um leproso, mas a maioria era controlada por congregações religiosas. Cada doente recebia uma quantia para viver, e nos estabelecimentos mais pobres as esmolas, assim como o salário dos que faziam serviços fora, eram repartidas entre todos, garantindo o sustento dos inválidos. A disciplina era conventual, sendo obrigatória a castidade, medida que visava impedir a propagação hereditária que, como se acreditava na época, a lepra teria.

Apesar de os leprosos nunca terem ficado totalmente restritos aos leprosários, podendo freqüentar locais autorizados pelos seus superiores (não lhes era permitido de forma alguma ter acesso aos moinhos ou tocar os alimentos no mercado), estes se tornaram universos cada vez mais fechados. O III Concílio de Latrão estendeu essa exclusão para além da morte ao permitir a construção de cemitérios dentro dos leprosários.²⁶ Depois da perseguição de 1321 na França, sobre a qual me deterei mais adiante, os leprosos passaram a ser reclusos

23. F. Bénéjac, "O Medo...", *op. cit.*, pp. 129-35.

24. M. Foucault, *História da...*, *op. cit.*, p. 3.

25. F. Bénéjac, "O Medo...", *op. cit.*, p. 141.

26. J. Le Goff, *A Civilização...*, *op. cit.*, vol. 2, p. 82.

nos estabelecimentos.²⁷ Esta exclusão atingia até os filhos dos leprosos, que eram obrigados a viver em bairros separados e aos quais só era permitido exercer ofícios considerados como “infames” ou “impuros”.²⁸ A própria caridade para com os doentes tinha a função de impedi-los de ter de entrar nos mercados ou de vender animais.

Mesmo a pretensa liberdade de circulação dada aos leprosos trazia em si a marca da segregação. Eles só poderiam sair dos leprosários vestindo longas capas, nas quais eram pregados rabos de raposas durante o carnaval, como pode ser visto no quadro *Os Ateijados*, de Pieter Bruegel, pintor flamengo do século XVI, no qual um grupo de leprosos é representado no horror de suas deformidades e de seu isolamento. Além disso, tinham de usar luvas e um grande chapéu pontudo e agitar uma matraca. Estas medidas tinham por objetivo fazer com que todos notassem a presença do doente e se afastassem dele, como pode ser constatado em um outro quadro de Bruegel, *A Luta entre o Carnaval e a Quaresma*, onde um grupo de leprosos permanece à parte da ação que os rodeia. Assim, mesmo quando participava da vida social, o leproso o fazia reafirmando publicamente o caráter contagioso e impuro do seu ser, lembrando os motivos de sua exclusão.

A lepra conferia às suas vítimas um estatuto jurídico especial, que foi estabelecido no século XII: “Depois do nome menciona-se ‘leproso’, como ‘padre’, ‘cavaleiro’ ou ‘donzel’”.²⁹ Em algumas regiões, como a Normandia, isto acarretava a perda dos direitos jurídicos. No século XV, surge uma cerimônia de separação do leproso do resto da sociedade, que consistia na dramatização da morte do mesmo. Após ter sido reconhecido como tal, o leproso era levado à igreja em procissão com cantos fúnebres; uma vez lá, ele ouvia a missa sob um cadafalso; na saída da igreja ou ao chegarem ao leprosário o padre pegava um punhado de terra do cemitério e punha-a na testa do doente, dizendo: “Meu amigo, é sinal que está morto para o mundo e por isso tem paciência e louva em tudo a Deus”. Eram lidas as proibições, como entrar nos moinhos etc., e entregues e abençoadas as luvas, a matraca e a caixa de esmolas.³⁰ Essas “mortes em vida” eram localizadas ou surgiram tardiamente, quando a lepra já estava desaparecendo, mas são bastante reveladoras da atitude que a sociedade medieval tinha para com os doentes.

27. C. Ginzburg, *História Noturna*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991, p. 45.

28. B. Geremek, “Le Marginal...”, *op. cit.*, p. 407.

29. F. Bénéjac, “O Medo...”, *op. cit.*, p. 136.

30. *Idem*, pp. 139-40.

Ódio e desconfiança: a perseguição de 1321

Os sentimentos contraditórios de piedade, medo, desconfiança e ódio que a sociedade medieval experimentava diante dos leprosos atingiram o seu paroxismo na grande perseguição de 1321. Neste ano, após um período de fome que se estendeu de 1315 a 1318 e da passagem pela região dos fanáticos da chamada “Cruzada das Crianças”, começaram a circular no sul da França boatos que acusavam os leprosos de terem envenenado os poços, as fontes e os rios para transmitir lepra aos sãos e fazê-los adoecer ou morrer. O objetivo deles seria o domínio das cidades e dos campos, ou seja, tratava-se de um complô contra a sociedade.³¹

Em algumas cidades os culpados teriam sido supostamente apanhados, julgados e queimados, enquanto em outros lugares a população horrorizada cerrou com traves as casas dos leprosos e queimou-as com seus moradores dentro. Do sul da França, os massacres e as condenações se espalharam por todo o reino.

Depois desse furor inicial, foi decidido que os leprosos julgados inocentes ficariam reclusos nos leprosários, com a condição da separação entre homens e mulheres para evitar a sua reprodução.

Tanto o massacre quanto a reclusão eram autorizados pelo rei, que em um édito proclamado contra aqueles que permaneciam sem punição declarava que:

“Todos os leprosos sobreviventes que haviam confessado o crime deveriam ser queimados. Os que não quisessem confessar deveriam ser torturados — e, quando tivessem confessado a verdade, seriam queimados. As mulheres leprosas que tivessem confessado o crime, espontaneamente ou sob tortura, deveriam ser levadas à fogueira, a menos que estivessem grávidas; neste caso tinham de ficar segregadas e, após o parto, ser conduzidas ao fogo. Os leprosos que, não obstante tudo isso, recusassem confessar a participação no crime deveriam ser segregados nos locais de origem; os homens tinham de ser rigorosamente separados das mulheres. A mesma sorte caberia aos filhos que viessem a nascer. Os menores de quatorze anos deveriam ser segregados, sempre mantendo separados os meninos das meninas; os maiores de quatorze anos que confessassem o crime seriam queimados”.³²

Posteriormente, este decreto foi modificado, passando o caso para a Justiça local, tendo em vista uma punição mais rápida dos culpados. As autoridades eclesiásticas também se ocuparam do caso, mobilizando os tribunais inquisitoriais contra os leprosos e os chefes dos leprosários.

Com o passar do tempo, surgiram versões para o complô — confirmadas

31. C. Ginzburg, *História Noturna...*, op. cit., p. 43.

32. *Idem*, p. 44.

pelas confissões arrancadas mediante tortura —, que ligavam os leprosos a outras fontes de pesadelo da sociedade medieval: uma interna, os judeus, e outra externa, os muçulmanos da Espanha e do Oriente Médio. Em todas elas era sublinhada a “doença moral” dos leprosos: o ressentimento que eles teriam pelas pessoas sadias e contra a segregação a eles imposta; a sua ganância, já que, segundo algumas versões, eles teriam recebido dinheiro dos judeus e dos árabes para efetuar o complô e, em outras, eles próprios estariam desejando o poder; e a sua maldade, que os fazia atentar contra a sociedade cristã. O resultado dessa perseguição foi o maior programa de reclusão que a civilização ocidental conheceu até então, com o confinamento total dos leprosos aos leprosários, sendo que, em alguns casos, eles eram marcados com ferro em brasa para evitar a fuga.³³

Progressivamente essas medidas foram se abrandando e a reclusão se tornou menos completa, havendo, em 1338, uma declaração do Papa sobre a inocência dos leprosos. No entanto, a rapidez e a violência com que a idéia do complô se difundiu e a sua grande duração (17 anos no caso dos leprosos e outros tantos mais para os seus supostos aliados) mostram que existia uma disposição social em aceitá-la. O Ocidente medieval nunca se sentiu tranqüilo em relação aos leprosos, e não poderia ser diferente em uma sociedade que temia e detestava tudo que pusesse em questão os seus valores.

Assim, apesar da compaixão que a caridade religiosa pregava para com o sofrimento alheio, os homens medievais não conseguiam conter a inquietação que a presença dos portadores de uma doença “desonrosa”, deformante e contagiosa causava. Os leprosos representavam uma mancha moral e física em uma sociedade que se queria pura. Assim, dada a crença no perigo que representava um grupo de ressentidos sem limites morais, a sociedade medieval ampliou seus mecanismos de exclusão e desenvolveu as potencialidades de purificação social *vis-à-vis* um esquema de conspiração.³⁴

Conclusão: o declínio da lepra e a persistência da exclusão

A rigorosa exclusão à qual os leprosos foram submetidos, apesar de não ser uma medida baseada em uma terapêutica, e sim em concepções sociais de impureza e contágio, apresentou, juntamente com outros fatores, efeitos práticos no controle da lepra na Europa medieval. No século XIV a endemia começa

33. *Idem*, p. 66.

34. *Idem*, *ibidem*.

a declinar para não mais se recuperar, e dois séculos depois ela já se encontra praticamente extinta. No entanto, parte dos dispositivos sociais criados ao seu redor, como a exclusão e reclusão de suas vítimas, teriam um longo futuro na história ocidental.

É importante perceber que a lepra atingiu fortemente a cristandade medieval em um período no qual esta constituía como universo fechado, em oposição a qualquer alteridade. Os mecanismos que a lepra suscitou reforçaram essa forma de estruturação social, que precisava isolar e controlar os seus elementos perturbadores para se afirmar como dominante.

Assim, a segregação e o confinamento que se cristalizaram em torno dos leprosos, e os sentimentos ambíguos que eles suscitavam vão permanecer por muito tempo no tratamento que a sociedade ocidental dispensará aos seus excluídos, como os judeus, os criminosos ou os loucos. Além disso, a Medicina ocidental vai incorporar esse modelo excludente como base da ação terapêutica nos hospitais,³⁵ onde a segregação dos doentes passa a ser uma via obrigatória para a cura. Esta apropriação será ainda mais completa no processo de medicalização da loucura, em que a produção de um tipo social indesejável distinto dos demais e seu confinamento em instituições fechadas ou, se preferirmos, totais,³⁶ retoma as principais linhas de força dos mecanismos empregados contra os leprosos.

Vemos, então, na dinâmica histórica da lepra na Idade Média, como, do encontro de um fenômeno desestabilizante, que é uma doença, com uma determinada estrutura social, surgiram mecanismos de controle e organização que se tornaram constituintes da medicina e da própria sociedade ocidental.

RESUMO

O Estigma do Pecado: A Lepra durante a Idade Média

O percurso da lepra e dos leprosos durante o período medieval constitui um objeto privilegiado para o estudo do impacto de uma doença sobre determinada sociedade e dos mecanismos sociais envolvidos na percepção, delimitação e destino das doenças, pois ela atingiu o Ocidente medieval em um momento em que este se definia de forma excludente em relação à alteridade.

Os dispositivos que a Idade Média criou para superar a desestruturação

35. A. Saunier, "A Vida Quotidiana nos Hospitais da Idade Média", in J. Le Goff, org., *As Doenças...*, *op. cit.*, p. 219.

36. M. Foucault, *História da Loucura...*, *op. cit.*, pp. 6-8.

trazida pelo advento da lepra, excluindo os leprosos do convívio social e encerrando-os em um universo à parte, o qual despertava, ao mesmo tempo, medo, desconfiança e ódio, tiveram uma enorme aceitação social. Assim, a segregação e o confinamento que se cristalizaram em torno dos leprosos, apareceram, por muito tempo, no tratamento que a sociedade ocidental dispensou aos seus párias; além disso, a própria medicina ocidental os incorporou como base da ação terapêutica, em que o isolamento dos doentes passou a ser uma via obrigatória para a cura.



MIGUEL

Nogueira

F O T O G R A F I A



Póvoa de Lanhoso































The background of the cover is a textured, light blue-grey surface with a cracked, stone-like appearance. On the left side, there is a vertical strip of aged, yellowish-brown parchment or leather, showing signs of wear and discoloration. The title 'MEDIEVAL' is written in a large, red, gothic-style font with a black outline and a slight shadow effect. Below it, the word 'Today' is written in a white, bold, sans-serif font with a black outline.

MEDIEVAL
Today



BE YOUR SELF

PEOPLE WILL LIKE YOU ANYWAY

arcaeeditora
PHOTOGRAPHY AND DIGITAL ART

Afonso Falcão



Medieval Times
by
arca



LúaMÉDIA - Instrumentaria Histórica

<http://lua-media.tienda-online.com/>. pedidos@lua-media.es



A woman with blonde hair is performing a belly dance pose against a black background. She is wearing a gold and silver beaded bra, a matching beaded waist sash with fringe, and a long grey skirt. She has multiple gold and silver armlets and bracelets on both arms. Her right arm is raised high, and her left arm is extended outwards. She has a bindi on her forehead and a tattoo on her left forearm.

MEDIEVAL
Today



A woman with long brown hair is captured in a dynamic dance pose, looking upwards with her arms raised. She is wearing a vibrant red and gold medieval-style costume. The top is a beaded, sequined crop top with long red sleeves. The skirt is also heavily embellished with gold and red beads and sequins, featuring a wide, fringed hem. Her hair is styled in a long, straight manner, and she has a decorative headband. The background is solid black, which makes the bright colors of her costume stand out. The lighting is dramatic, highlighting the textures of the fabric and the intricate details of the costume.

MEDIEVAL
Today





MEDIEVAL
Today





arceditora

PHOTOGRAPHY AND DIGITAL ART



ar ca e d i t o r a

P H O T O G R A P H Y A N D D I G I T A L A R T



arcaditora

PHOTOGRAPHY AND DIGITAL ART

A woman with blonde hair is performing a belly dance pose against a black background. She is wearing a gold and silver beaded bra, a matching beaded waist sash with fringe, and a long grey skirt. She has multiple gold and silver armlets and bracelets on both arms. Her right arm is extended to the side, and her left arm is raised high. She has a bindi on her forehead and a tattoo on her right forearm.

MEDIEVAL
Today





**ARCAEDITORIA
PHOTOGRAPHY**

FOTOGRAFIA
Feiras Medievais
em
PORTUGAL



Projecto arcaeditora



MEDIEVAL Today



Revista de Temas
Medievais e Fotografia



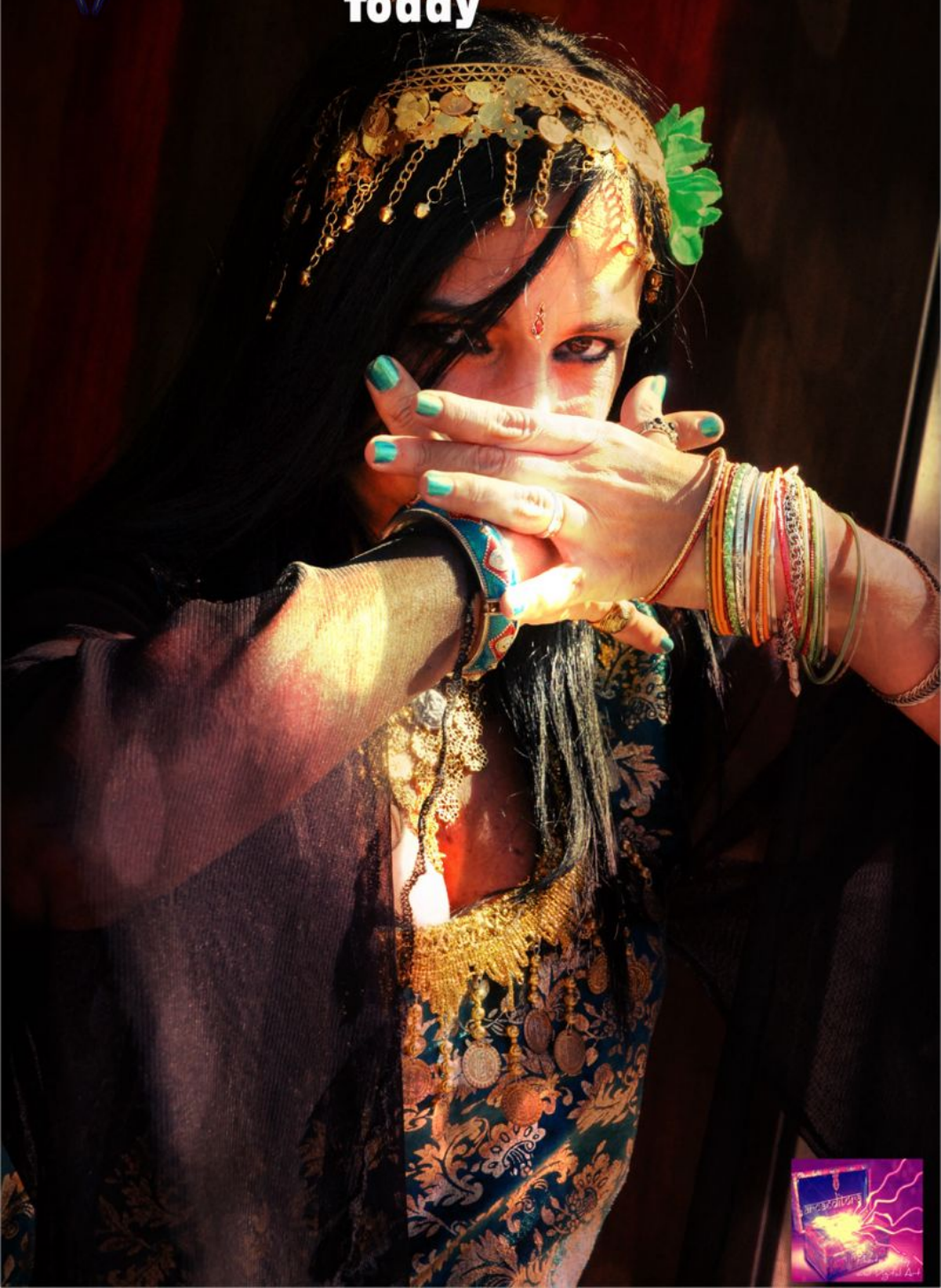
MEDIEVAL Today

MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL Today





MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL
Today



MEDIEVAL Today



MEDIEVAL Today



MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL

Today



MEDIEVAL

Today





MEDIEVAL
Today







MEDIEVAL TODAY





ar ca e d i t o r a

P H O T O G R A P H Y A N D D I G I T A L A R T

MEDIAEVAL

Today







MEDIEVAL

Today



arcaeditora photography



INEDITAS
Alhos Vedros

arcaeditora photography



INEDITAS
Alhos Vedros

arcaeditora photography



INÉDITAS
Alhos Vedros



arcaeditora photography

INÉDITAS
Alhos Vedros

Nº2 Revista de Temas Medievais e Fotografia

MEDIEVAL TODAY

Publicidade GRATIS

Neste Numero :

- Doencas Medievais A Lepra
- Historia Batalha de Aljubarrofa
- Castelos Castelo de TOMAR

-Feiras Medievais

-Fotografiacom a colaboracao de:

-Miguel Nogueira e Isabel Baltazar